

Pesquisa sobre gestão de recursos hídricos nas bacias do PCJ



SUMÁRIO ANALÍTICO

A degradação sistemática e endêmica de recursos ambientais têm pressionado o poder público a implementar políticas de controle ambiental e inclusive instrumentos de comando e controle de incentivos econômicos. A cobrança pelo uso de recursos hídricos em corpos hídricos de domínio da União foi um dos principais mecanismos elaborados pelo poder público, e que já está em vigência desde 2006.

O que se espera com essa cobrança é alcançar três objetivos primordiais, definidos pela Lei 9.433/97. São eles:

- Reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor;
- Incentivar a racionalização do uso da água; e
- Obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos recursos hídricos.

Aliadas a estes objetivos, outras vantagens envolvem este instrumento de incentivo econômico, tais como alimentar as diferenças de custos de controle entre os agentes, alocando maneiras mais eficientes de recursos econômicos, possibilitar que tecnologias menos intensivas em bens e serviços ambientais sejam estimuladas pela redução de despesa fiscal e evitar dispêndios em pendências judiciais para aplicação de penalidades aos infratores ambientais.

Quatro anos após a implantação da lei, a ANA (Agência Nacional das Águas) quer saber se a cobrança pelo uso da água, como atribuição prevista pela Política Nacional de Recursos Hídricos, está sendo eficiente no cumprimento de seus objetivos primordiais.

Para isto, a ANA contratou a empresa Foco Opinião e Mercado, de Florianópolis/SC) para aplicação de questionário que pudesse avaliar a eficácia e eficiência da cobrança como instrumento de gestão de recursos hídricos nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Bacias PJC).

Coube então à Agência PCJ, a contratação dos serviços de análise de consistência da pesquisa para a referida avaliação da efetividade da cobrança como instrumento de recursos hídricos.

O Centro/ABRIL Pesquisas foi então contratado pela Agência PCJ para, sob um universo de 109 empresas, “analisar a consistência, verificar a confiabilidade, a validade do instrumento inicial (questionário) e o ajuste do instrumento sob o tema Avaliação da Efetividade da Cobrança como Instrumento de Gestão de Recursos Hídricos nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí e a aplicação em uma amostra significativa (estatisticamente) do universo de usuários e a validação dos respectivos resultados”, além de posterior análise estatística dos questionários definitivos que ainda serão aplicados pela ANA.

ANÁLISE FINAL

Os comitês das bacias do PCJ são conhecidos hoje por 88,76% das empresas que os compõem em 29 municípios de São Paulo e Minas Gerais. É o que informa a pesquisa realizada pela Foco Opinião e Mercado para a ANA (Agência Nacional das Águas) e analisada pelo Centro Abril Pesquisas, de Piracicaba/SP, em seu primeiro bloco de perguntas, que analisou “o nível de conhecimento sobre o comitê” e o “nível de conhecimento e satisfação sobre a política de cobrança”. Foram ouvidas 89 empresas das 109 cadastradas pelo PCJ. Houve 10 empresas ou 11,24% das 89 pesquisadas que informaram não conhecer os comitês.

Apesar de o número de empresas que conhecem ser relativamente alto, a sua participação nas reuniões e deliberações dos comitês é baixo. Apenas 26,97% das empresas pesquisadas disseram que acompanham as reuniões e 39,33% não acompanham. Um total de 31,46% das empresas disse que já acompanhou.

A ausência nas reuniões e deliberações não afeta, no entanto, no conhecimento que as empresas possuem em relação aos objetivos do PCJ. De acordo com o levantamento estatístico, mais da metade das empresas (55,06%) conhece muito ou totalmente os objetivos da cobrança e 17,98% conhecem pouco ou não conhecem os objetivos.

Em relação aos mecanismos de cobrança, os resultados são bem parecidos: 61,08% os conhecem muito ou totalmente e 15,73% sabem pouco ou quase nada dos mecanismos utilizados na cobrança da água.

Já sobre os valores, os números melhoram: 66,29% conhecem totalmente ou muito os valores de cobrança – uma elevação considerável de 20% em relação ao total de empresas que conhece muito os objetivos da cobrança – e 12,36% conhecem pouco ou não conhecem os valores de cobrança. Nota-se evidentemente que esse número de empresas que, de certa forma desconhece os objetivos, mecanismos e valores, gira em torno dos 11,24% de empresas consultadas que não acompanham as deliberações dos comitês do PCJ.

Mesmo que a maior parte das empresas conheça os mecanismos e valores da cobrança, isso não significa necessariamente que os aprovam. Pelo contrário. Quando questionados sobre “o que poderia ser feito para aprimorar os mecanismos e valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos?”, os entrevistados apresentaram várias críticas e reclamações. Ao analisar as respostas, verificou-se que 27% das empresas fizeram críticas ou sugestões (todas as críticas e sugestões estão incluídas neste relatório, conforme a sequência do questionário) referentes à forma do sistema de cobrança, tais como:

“(Deve-se) Aprimorar a política racional (sic) para o município efetuar a cobrança diferenciada de cada município e empresas”.

“Adotar outros parâmetros de cobrança além do DBO. Atualizar os valores de cobrança.”

Outros 14,60% dos comentários foram indicativos para a necessidade de haver uma melhor divulgação sobre o sistema de cobrança:

“As empresas deveriam receber periodicamente um informativo esclarecedor para melhor se interar do assunto.”

“Divulgação maior. Exemplificar onde estão sendo aplicados e mostrar evidências”.

“Precisa de uma maior divulgação ao público, usuários em geral, das ações realizadas com o uso dos recursos arrecadados”.

Ainda 4,49% das empresas pediram maior fiscalização sobre a aplicação dos recursos arrecadados e 21,33% não souberam responder. Entre os que elogiaram ou estão satisfeitos com a forma em que o sistema vem sendo aplicado, houve 16,85% de semelhança nas respostas. Portanto, foram encontradas 46,09% de respondentes que, de alguma forma, criticaram ou demonstraram algum tipo de insatisfação com os mecanismos e valores de cobrança, sugerindo desde a instalação de medidores, melhorias na fiscalização e melhor divulgação sobre o futuro dos recursos arrecadados.

O próximo bloco de perguntas procurou avaliar o “nível de conhecimento e satisfação sobre os montantes e aplicação dos recursos oriundos da cobrança”. Não foi possível avaliar o nível de satisfação, já que as opções das respostas não ofereceram essa medição, o que se pode presumir é que pelo alto índice de desconhecimento, há muito que se trabalhar para que os mecanismos de comunicação desenvolvidos pelo PCJ alcancem o interesse das empresas que os recebem.

Em relação aos montantes arrecadados, verificou-se um elevado nível de desconhecimento por parte das empresas: 55,05% disseram que conhecem pouco ou nada sobre os montantes arrecadados e apenas 32,59% que conhecem totalmente ou muito os montantes arrecadados.

Em relação aos critérios da aplicação, os números também foram semelhantes: 33,71% conhecem muito ou totalmente os critérios e 43,82% pouco ou nada.

O mesmo acontece com as ações implementadas: 32,58% responderam muito ou totalmente sobre o seu conhecimento frente às ações que estão sendo implementadas e 40,45% pouco ou nada.

Quando solicitadas a dar uma sugestão “no sentido de melhorar a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos”, as empresas apresentaram um conjunto diversificado de indicações e opções. Entre as respostas que se assemelham, houve 14,60% que sugeriram aplicar os recursos na melhoria das matas ciliares, águas subterrâneas, rios e projetos ambientais; 13,49% que indicaram investimentos em tratamento de esgoto; 10,12% em melhoria nas divulgações sobre a utilização dos recursos; 10,11% pela desburocratização e agilidade na obtenção dos recursos; 6,75% em educação ambiental e 14,60% não souberam responder. Registrou-se ainda 24,71% de citações que não apresentaram semelhanças, tais como:

“(Estipular) critérios de pontuação que possibilitem melhorar a participação dos grandes pagadores”.

“Fomentar projetos que aprimorem a prática de sustentabilidade da empresa”

“Ter um melhor diagnóstico das necessidades de cada município”.

A respeito da prioridade na aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança, foram apresentadas sete alternativas, das quais poderiam ser assinaladas três opções por ordem de importância. A melhor opção para os entrevistados residiu na construção e projetos associados ao tratamento de esgoto. As duas opções juntas responderam por 88,77% das citações.

Por escala, a segunda prioridade manteve-se a construção de estações de tratamento de esgoto, citada por 34,83% dos entrevistados que não a citaram como primeira opção. E a terceira prioridade para os entrevistados, com 25,84% de citações, foi a alternativa que indicava

para a “execução de projetos de controle/redução de perdas em sistemas de abastecimento de água”. O tratamento de esgoto é ainda, sem dúvida, a maior prioridade para os investimentos arrecadados com os recursos obtidos pelo PCJ.

O terceiro bloco de perguntas enfocou a gestão dos recursos hídricos em cada empreendimento. Verificou-se logo de início que o uso racional da água é uma preocupação antiga das empresas, que antecede inclusive o início do sistema de cobrança. Ao todo, 82,02% das empresas já tinham adotado medidas de racionalização antes mesmo de a cobrança ser implantada.

Na avaliação das respostas, verificou-se, no entanto, que o uso racional estava mais ligado à questão econômica do que ambiental. Houve referência à otimização, controle de processo de produção e redução dos custos como motivadores da racionalização da água em 37,08% das respostas. Para 26,96%, o principal indutor foi a questão ambiental. Os dois fatores combinados foram citados por 16,86% das empresas e 19,10% não responderam ao questionamento.

Questionou-se então se, após a cobrança, “houve alguma medida implantada pela empresa pelo uso mais racional da água”. Das 89 empresas pesquisadas, 48,31% responderam positivamente à pergunta, 46,07% disseram que mantiveram as medidas já adotadas anteriormente e 5,62% ainda não implantaram nenhuma medida de racionalização da água.

A maior parte das empresas (39,33%) que informou ter tomado medidas pelo uso racional da água após a sua cobrança revelou que elas não foram induzidas pela cobrança, 14,61% relataram que a cobrança induziu parcialmente e 46,07% não souberam responder.

As empresas que não foram induzidas pela cobrança ou tiveram indução parcial, apontaram dois principais motivos pelas medidas favoráveis ao uso racional da água: a questão ambiental com 16,85% das citações e a otimização da produção com redução de custos, também com 16,85% de indicações. Outras 12,35% das empresas informaram que os dois motivos estimularam as medidas. Ao todo, 44,94% das empresas não participaram da pergunta ou não quiseram responder.

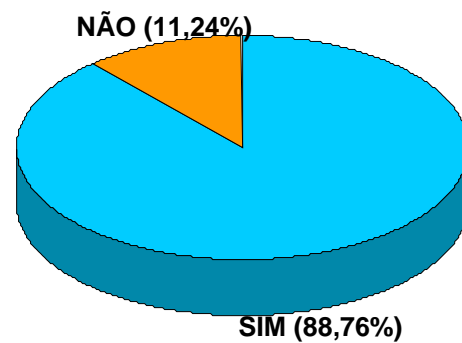
Quando questionadas sobre qual a medida adotou pela racionalização do uso da água, 31,46% apontaram o reuso da água no processo produtivo, 12,36% em projetos de conscientização ambiental e troca de medidores; 10,11% em medidas que promoveram o controle de

perdas; 7,86% informaram alguma alteração no processo produtivo; 4,5% aplicaram medidas determinadas pela ISO 14.001, 14,61% responderam outras medidas que não se assemelham entre si e 19,10% não quiseram responder.

Para 73,03% dos entrevistados, a cobrança que vem sendo realizada induzirá os usuários em geral a adotar medidas para racionalizar o uso da água. Sobre o fato de a cobrança estar contribuindo para a despoluição da bacia hidrográfica, 40,82% disseram que ela tem contribuído muito ou totalmente e 29,22% afirmaram que a medida tem auxiliado pouco ou nada na despoluição da bacia.

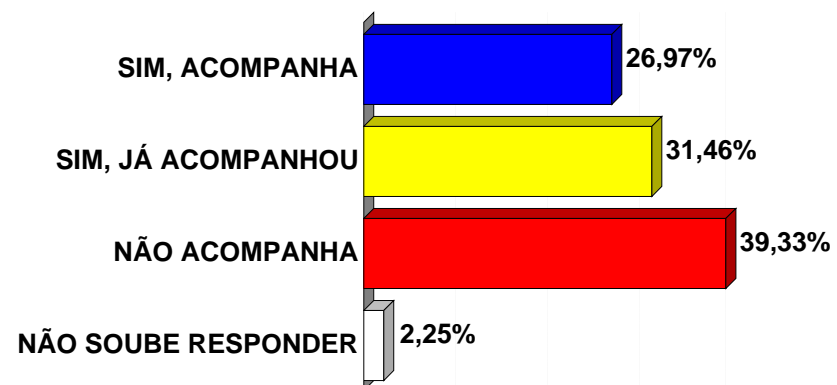
O Sr(a) conhece os Comitês das Bacias do PCJ?

CONHECE COMITÊ BACIAS PCJ		
SIM	79	88,76%
NÃO	10	11,24%
Total	89	100,00%



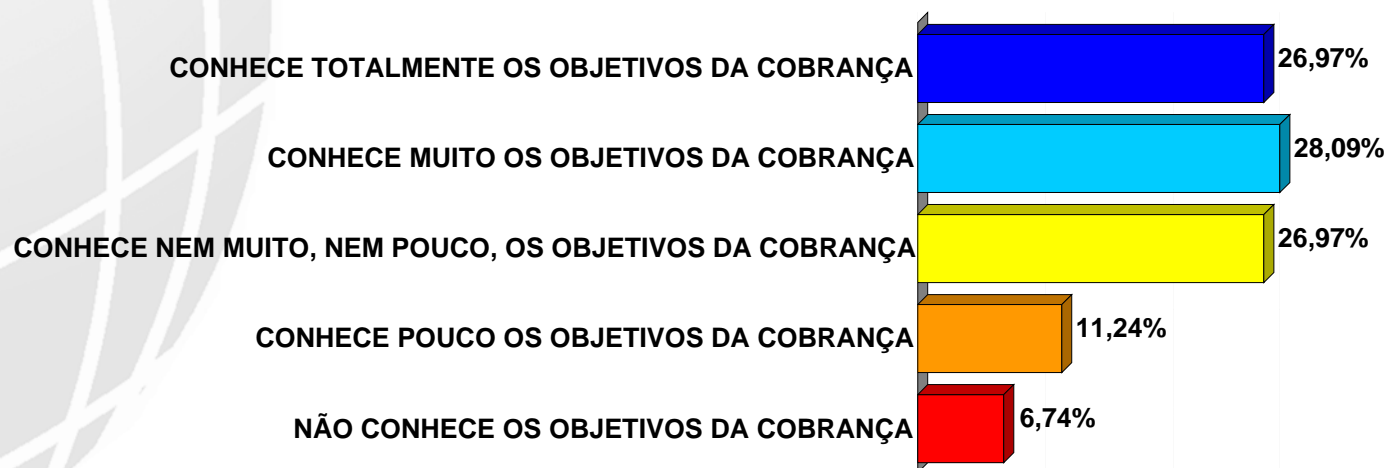
O Sr(a) acompanha ou já acompanhou as reuniões e deliberações do Comitê?

ACOMPANHA REUNIÕES		
SIM, ACOMPANHA	24	26,97%
SIM, JÁ ACOMPANHOU	28	31,46%
NÃO ACOMPANHA	35	39,33%
NÃO SOUBE RESPONDER	2	2,25%
Total	89	100,00%



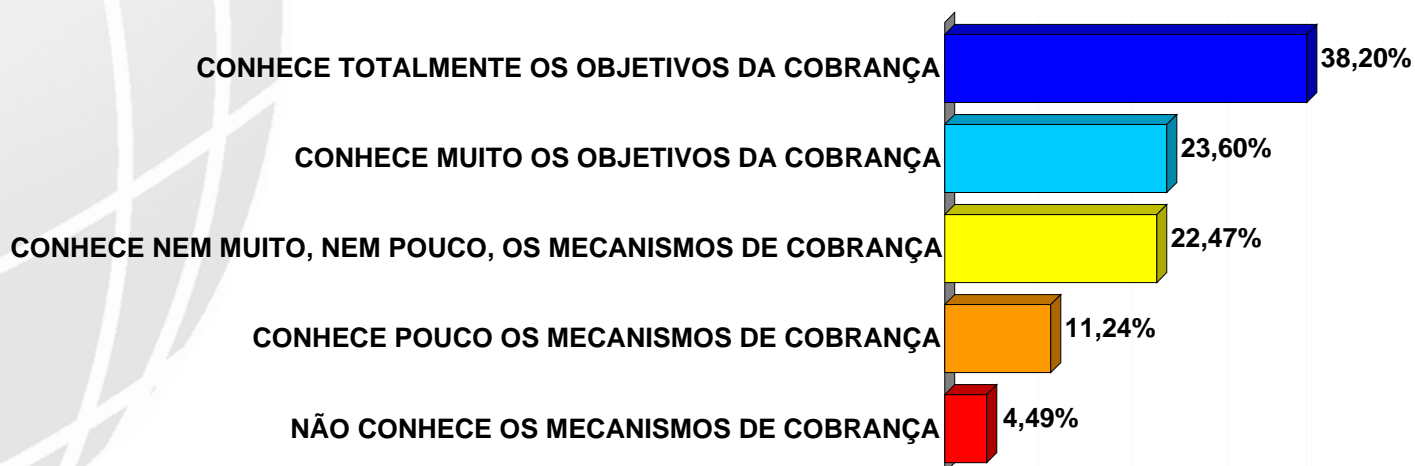
Com relação ao quanto o Sr(o) conhece sobre os **OBJETIVOS** desta cobrança, o Sr(a) diria que:

OBJETIVOS DA COBRANÇA		
CONHECE TOTALMENTE OS OBJETIVOS DA COBRANÇA	24	26,97%
CONHECE MUITO OS OBJETIVOS DA COBRANÇA	25	28,09%
CONHECE NEM MUITO, NEM POUCO, OS OBJETIVOS DA COBRANÇA	24	26,97%
CONHECE POUCO OS OBJETIVOS DA COBRANÇA	10	11,24%
NÃO CONHECE OS OBJETIVOS DA COBRANÇA	6	6,74%
Total	89	100,00%



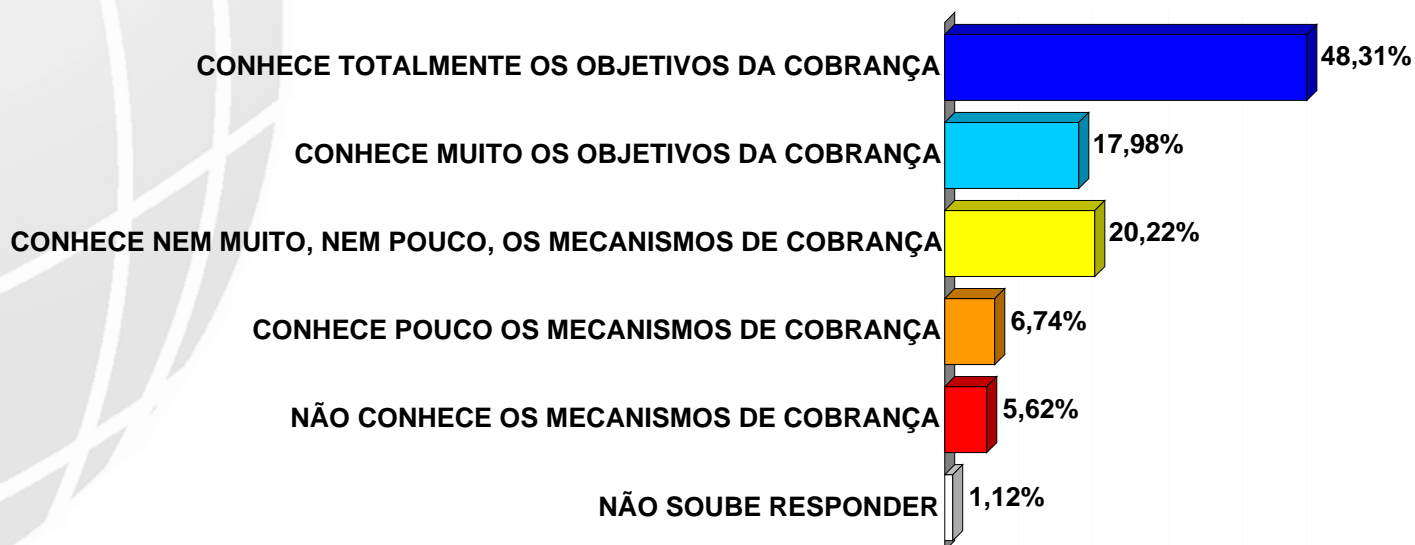
Com relação aos MECANISMOS DE COBRANÇA que foram estabelecidos pelo Comitê da Bacia, o Sr(a) diria que:

MECANISMOS DE COBRANÇA		
CONHECE TOTALMENTE OS OBJETIVOS DA COBRANÇA	34	38,20%
CONHECE MUITO OS OBJETIVOS DA COBRANÇA	21	23,60%
CONHECE NEM MUITO, NEM POUCO, OS MECANISMOS DE COBRANÇA	20	22,47%
CONHECE POUCO OS MECANISMOS DE COBRANÇA	10	11,24%
NÃO CONHECE OS MECANISMOS DE COBRANÇA	4	4,49%
Total	89	100,00%



Com relação aos VALORES de cobrança que foram estabelecidos pelo Comitê da Bacia, o Sr(a) diria que:

VALORES DE COBRANÇA		
CONHECE TOTALMENTE OS OBJETIVOS DA COBRANÇA	43	48,31%
CONHECE MUITO OS OBJETIVOS DA COBRANÇA	16	17,98%
CONHECE NEM MUITO, NEM POUCO, OS MECANISMOS DE COBRANÇA	18	20,22%
CONHECE POUCO OS MECANISMOS DE COBRANÇA	6	6,74%
NÃO CONHECE OS MECANISMOS DE COBRANÇA	5	5,62%
NÃO SOUBE RESPONDER	1	1,12%
Total	89	100,00%



Na sua opinião, o que poderia ser feito para aprimorar os mecanismos e valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos?

1. APRIMORAR A POLÍTICA RACIONAL PARA O MUNICÍPIO EFETUAR A COBRANÇA DIFERENCIADA DE CADA MUNICÍPIO E EMPRESAS.
2. MAIS INSTRUÇÕES DE COMO CALCULAR OS MECANISMOS HÁ MUITA CARÊNCIA DE INFORMAÇÃO.
3. ALGUM SISTEMA DE LEGISLAÇÃO PARA QUE INFORME E PAGUE A QUANTIDADE CONSUMIDA.
4. MELHORAR A ÁREA DE CAPTAÇÃO DE RECURSO, POIS HÁ MUITA BUROCRACIA.
5. POR DESCONHECER, FALTA INFORMAÇÃO PARA OPINAR.
6. ESTÁ SATISFATÓRIA.
7. MELHORIAS NAS MEDIDAS DE RECURSOS UTILIZADOS NAS AUTORGAS DE CAPTAÇÃO DOS RECURSOS EX: COM MEDIDORES.
8. NÃO SABE DIZER.
9. ACHA QUE OS MECANISMOS FUNCIONAM, FALTAM INFORMAÇÕES.

10. NÃO SABE ONDE SÃO APLICADOS OS VALORES DE COBRANÇA, MAS ACHA QUE DEVE DIVULGAR MAIS INFORMAÇÕES AOS USUÁRIOS E ATÉ MESMO OBTER A PARTICIPAÇÃO PRA ASSIM APRIMORAR.

11. NÃO OPINOU.

12. AS EMPRESAS DEVERIAM RECEBER PERIODICAMENTE UM INFORMATIVO ESCLARECEDOR PARA MELHOR SE INTERAREM DO ASSUNTO.

13. O MECANISMO DE COBRANÇA ESTÁ ADEQUADO E SATISFATÓRIO, GOSTA DA SERIEDADE COM QUE SÃO TRATADOS, POR EXEMPLO, OS VALORES EM HAVER.

14. NÃO RESPONDEU.

15. TEM QUE TER MAIS CONHECIMENTO E INFORMAÇÕES.

16. JÁ ESTÁ FUNCIONANDO DE FORMA ADEQUADA.

17. NÃO RESPONDEU.

18. OS VALORES PRATICADOS SÃO MUITO BAIXOS PARA UMA BACIA COM ELEVADO COMPROMETIMENTO DO RECURSO HÍDRICO DISPONÍVEL, PORTANTO, É NECESSÁRIO DESENVOLVER ESTUDOS DE PRODUÇÃO DAS DIFERENTES ATIVIDADES (INDÚSTRIA, AGRICULTURA, ABASTECIMENTO).
19. ACREDITO QUE OS MECANISMOS JÁ IMPLANTADOS SÃO O SUFICIENTE.
20. PELA COBRANÇA DAS SABESP JÁ SER PELA MEDIÇÃO CONSIDERADA SATISFATÓRIA.
21. UNIFICAÇÃO DA COBRANÇA FEDERAL E ESTADUAL. COM UM ÚNICO FORMULÁRIO/DATA PREENCHIMENTO.
22. SÃO JUSTOS OS MECANISMOS.
23. NÃO SOUBE RESPONDER.
24. DIVULGAÇÃO MAIOR, EXEMPLIFICAR ONDE ESTÃO SENDO APLICADOS E MOSTRAR EVIDÊNCIAS.
25. PELOS RESULTADOS JÁ É SATISFATÓRIO, AS VERBAS DESTINADAS E RECURSOS CHEGAM.
26. A COBRANÇA DEVERIA SER FEITA COM BASE NA CARGA EMITIDA POR CADA SETOR DA INDÚSTRIA.

27. NÃO RESPONDEU.

28. PRECISA UMA MAIOR DIVULGAÇÃO AO PÚBLICO, USUÁRIOS EM GERAL DAS AÇÕES REALIZADAS COM O USO DOS RECURSOS ARRECADADOS.

29. PARA SER MAIS EFETIVO, COBRAR AUTORGA DOS MUNICÍPIOS EM GERAL.

30. MUDAR O PLANO DE ESTIMATIVA, POIS PAGA UMA AUTORGA DE 80 METROS CÚBICOS E CONSEGUE MÉDIA DE 40 METROS CÚBICOS, DE TER ALGUM ADITIVO DE REDUÇÃO.

31. PARA AS INDÚSTRIAS AINDA FALTA INFORMAÇÃO A RESPEITO DOS MECANISMOS E PROGRAMA.

32. SIMPLIFICAÇÕES NO FORMULÁRIO ELETRÔNICO DE APONTAMENTO DE CONSUMOS E PREVISÕES.

33. DIVULGAÇÃO MAIOR DOS MECANISMOS E PROJETOS.

34. DAR MAIOR RETORNO DOS INVESTIMENTOS E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS.

35. NO ESTADO DE SÃO PAULO, A FORMA DETINAÇÃO ESTÃO SENDO FEITAS SOBRE RECURSOS E FALTA PESSOAL CAPACITADA PARA ELABORAR BONS PROJETOS E APLICAR OS RECURSOS, ENTÃO PRECISA APLICAR EM CURSOS DE CAPACITAÇÃO E CAPACITAR MAIS OS MUNICÍPIOS COM PROJETOS.

36. JÁ ESTÃO ADEQUADOS.

37. UM ENVOLVIMENTO DA ANA, PCJ, EMPRESAS E COMUNIDADE EM GERAL PARA QUE SE CHEGUE A UM DENOMINADOR COMUM.

38. POR SER NOVA, AINDA NÃO TEM UMA SUGESTÃO DE MUDANÇA.

39. JÁ É UM SISTEMA SATISFATÓRIO.

40. UMA PALESTRA EXPLICANDO OS MECANISMOS, MAIS INFORMAÇÕES.

41. NÃO RESPONDEU.

42. ESTENDER A OUTRAS BACIAS, EXISTE DESIGUALDADE ENTRE CONCORRENTES, E VAI REFLETIR NOS CUSTOS OPERACIONAIS DESSAS EMPRESAS QUE PAGAM. ENTÃO DEVIA TER COBRANÇA E AMPLIAR PARA TODAS AS BACIAS/RIOS.

43. NÃO RESPONDEU.

44. NÃO RESPONDEU.

45. NÃO RESPONDEU.

46. O CONSÓRCIO COBRA UMA TARIFA ATÉ COM UM PREÇO BOM PARA AS EMPRESAS, MAS AS TAXAS DE EMPRÉSTIMOS SÃO UM POUCO ALTAS. DEVERIA SER REVISTO ESTE CONCEITO PARA COMPENSAR TER PRONTO ACESSO PARA INVESTIR EM TECNOLOGIA. PRINCIPALMENTE EM UM PLANO JUNTO AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS PARA QUE PREFEITURAS QUE AINDA NÃO TRATAM ESGOTO, COMECEM A SE MOBILIZAR NESTE SENTIDO.

47. NÃO RESPONDEU.

48. MELHORAR O BANCO DE DADOS DOS USUÁRIOS, INCLUINDO OS NÃO CADASTRADOS (CLANDESTINOS). ADOTAR OUTROS PARÂMETROS DE COBRANÇA ALÉM DO DBO. ATUALIZAR OS VALORES DE COBRANÇA.

49. ANTECIPAR AS COBRANÇAS COM OS BOLETOS PARA A EMPRESA SE AJUSTAREM AO ORÇAMENTO, REFERENTE A PROBLEMAS ANTERIORES COM A FALTA DOS BOLETOS.

50. DEVERIAM SER DIFERENCIADO OS VALORES DE DBO PELA QUANTIDADE UTILIZADA, E NÃO PELO PADRÃO.

51. VIU NO SIMPÓSIO OS PROJETOS QUE SÃO FEITOS COM AS COBRANÇAS, ACHA QUE OS MECANISMOS SÃO SATISFATÓRIOS.

52. ACHA QUE OS VALORES ENVIADOS PODERIAM SER HABILITADOS.

53. PODERIA TER MELHOR DIVULGAÇÃO DOS COMITÊ PARA AS EMPRESAS USUÁRIAS, FALTA INFORMAÇÃO NOS MECANISMOS DO COMITÊ.

54. TAXA FIXA PARA EMPRESA CONFORME CAPITAL SOCIAL.

55. DE ACORDO COM OS MECANISMOS JÁ EXISTENTES JÁ É SATISFATÓRIO.

56. NA OPINIÃO OS VALORES COBRADOS SÃO IRRISÓRIOS, QUE PARA SEREM APLICADOS EM PROJETOS DE DESPOLUIÇÃO DAS BACIAS DEVERIAM HAVER OUTRAS VERBAS FEDERAIS DE ARRECADAÇÃO.

57. DEVE SER COBRADO PELO USO DA ÁGUA, E NÃO POR ESTIMATIVA POR EX: A EMPRESA SO PAGOU 2 MESES COM ÁGUA DO PCJ, POIS UTILIZA A ÁGUA DA CHUVA, DEVE TER HIDRÔMETRO, PARA SER JUSTO.

58. CADA VEZ MAIS PROCURAR DISPONIBILIZAR OS RECURSOS ARRECADADOS COM PROJETOS PARA POPULAÇÃO USUÁRIA DA BACIA E TAMBÉM COM PROJETOS PARA AS EMPRESAS CADASTRADAS DA BACIA PCJ.

59. O CONTROLE DE EVASÃO DA ANA E PCJ. NÃO PAGANDO PELA AUTORGA.

60. ACHO QUE A QUALIDADE DA ÁGUA BRUTA DEVERIA SER LEVADA EM CONSIDERAÇÃO COM PRIORIDADE, POIS O VALOR É MUITO BAIXO.

61. MAIS FISCALIZAÇÃO POR PARTE DA ANA E ÓRGÃOS MUNICIPAIS DE ÁGUAS.

62. PODERIA MELHORAR NO SENTIDO DE COBRAR A CARGA QUE A EMPRESA UTILIZA E NÃO PELA OUTORGA.

63. UMA FISCALIZAÇÃO EFICIENTE, A EXEMPLO DO CRGIV QUE TODO O ANO VEM NA EMPRESA E PREENCHE RELATÓRIOS E VISITA AS INSTALAÇÕES FAZENDO CRUZAMENTO DE DADOS DO QUE SE DECLARA.

64. OS MECANISMOS E VALORES ENCONTRAM-SE BEM ESTRUTURADOS E SATISFATÓRIOS.

65. COBRANÇA DOS IMIGRANTES, E NAS INDÚSTRIAS AS TARIFAS SERVEM DIFERENCIADAS COM EFEITO CASCATA. UNIFORMIZAR O SISTEMA DE FINANCIAMENTO.

66. APRIMORAR A DESTINAÇÃO OS RECURSOS ARRECADADOS.

67. O INCENTIVO AOS USUÁRIOS UMA TAXA DE DESCONTO PARA QUE REUTILIZAR O EFLUENTE INDUSTRIAL COMO ÁGUA DE REUSO OU DOMÉSTICO.

68. TER UM CANAL PERIODICAMENTE QUE FOSSE ENVIADO UM BOLETIM AOS USUÁRIOS, INFORMATIVO ONDE DESENCADEIO O CONHECIMENTO A OUTRA PARCELA DAS EMPRESAS. IDEIA A CADA TRÊS MESES.

69. TEM ELOGIOS, POIS TANTO A ANA E A PCJ ESTÃO REALIZANDO MEDIDAS SATISFATÓRIAS COM RELAÇÃO À QUALIDADE DOS RECURSOS HIDRICOS PRINCIPALMENTE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS.

70. PRECISA MUDAR OS MECANISMOS DE REDISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS, PORÉM O ACESSO AO RECURSO ESTÁ MUITO BUROCRÁTICO, DEVERIA SIMPLIFICAR O PROCESSO DE DEMANDA DOS RECURSOS.

71. TALVEZ TIVESSEM QUE COBRAR PELO VOLUME CAPTADO E NÃO PELA LICENÇA.

72. INSTALAÇÃO DE MACRO MEDIDAS NAS CAPTAÇÕES DE ÁGUA DE MAIOR PARTE.

73. APRIMORAR A EQUIDADE DA COBRANÇA ENTRE USUÁRIOS.

74. TALVEZ UMA SIMPLIFICAÇÃO DO SISTEMA DE COBRANÇA, OU SEJA, SIMPLIFICAR A FÓRMULA E É MUITO COMPLICADA.

75. NÃO RESPONDEU.

76. NÃO RESPONDEU.

77. NÃO RESPONDEU.

78. ACOMPANHAMENTO DE REALIZAÇÃO DAS OBRAS/PROJETOS CONTEMPLADOS COM FINANCIAMENTO E O RETORNO DO RECURSO PARA OUTROS EMPREENDIMENTOS CASO OS PRAZOS NÃO SEJAM CUMPRIDOS.

79. ACOMPANHAMENTO DE REALIZAÇÃO DAS OBRAS/PROJETOS CONTEMPLADOS COM FINANCIAMENTO E O RETORNO DO RECURSO PARA OUTROS EMPREENDIMENTOS CASO OS PRAZOS NÃO SEJAM CUMPRIDOS.

80. NÃO RESPONDEU.

81. SEM DÚVIDA REVER OS VALORES DE COBRANÇA PARA O SETOR DE SANEAMENTO E MELHORAR A QUESTÃO DA BUROCRACIA PARA PREENCHIMENTO DO CADASTRO PARA FACILITAR O ACESSO AOS MUNICÍPIOS.

82. UMA GESTÃO CENTRALIZADA COM CLAREZA MAIOR UMA DIVULGAÇÃO PARA AS INDÚSTRIAS COM MAIOR EXPLORAÇÃO.

83. NÃO RESPONDEU.

84. AVALIAR UM PREÇO DIFERENCIADO PARA OS MANCIAIS "RESERVA" DO SETOR DE SANEAMENTO, FUNDAMENTAIS NO CASO DO ABASTECIMENTO PÚBLICO, MAS QUE SÓ SÃO UTILIZADOS EM SUBSTITUIÇÃO A OUTRAS CAPTAÇÕES EM CASOS ESPECÍFICOS. ELIMINAR A OBRIGATORIEDADE DE SE PREENCHER NO CADASTRO INFORMAÇÕES QUE NÃO TÊM INTERFERÊNCIA DIRETA NOS VALORES DE COBRANÇA. EX.: MARGEM DA CAPTAÇÃO, INÍCIO DE OPERAÇÃO, VOLUME TOTAL PRODUZIDO, POPULAÇÃO ATENDIDA (VARIÁVEL DIA A DIA, MÊS A MÊS, DEPENDENDO DAS LIGAÇÕES). REVER OS VALORES DE COBRANÇA POR VAZÃO OUTORGADA PARA O SETOR DE SANEAMENTO, CUJAS OUTORGAS TÊM VALIDADE PARA 20 A 30 ANOS. AS EMPRESAS DE SANEAMENTO SOLICITAM UMA VAZÃO DE OUTORGA PREVENDO VAZÃO NECESSÁRIA PARA FIM DO PLANO, HAVENDO CONSEQUENTEMENTE MAIOR DIFERENÇA, EM INÍCIO DE PLANO. HÁ, CONSEQUENTEMENTE, UMA MAIOR DIFERENÇA ENTRE OS VALORES CONSUMIDOS EM INÍCIO DE PLANO E O VALOR OUTORGADO. ISSO GERA UM ACRÉSCIMO NO PAGAMENTO E AINDA HÁ UMA TAXA EXTRA QUANDO O VOLUME UTILIZADO É INFERIOR A 70% DO OUTORGADO, O QUE QUASE SEMPRE ACONTECE NO SETOR EM INÍCIO DE PLANO. SUGERE-SE ESCALONAR A VAZÃO OUTORGADA A CADA 5 ANOS. NÃO PERMITIR O CADASTRO DE MAIS DE UMA SENHA PARA UM MESMO CNPJ E ASSOCIAR O NÚMERO DE DECLARAÇÃO E CNARH AO NOME DO MUNICÍPIO (OQUAL PODERIA SER LISTADO NA PÁGINA INICIAL, ONDE APARECE O NÚMERO

DA DECLARAÇÃO E DO CNARH). ISSO FACILITARIA MUITO PARA O ACESSO AO PROGRAMA PARA EMPRESAS COMO A COPASA, QUE TEM MUITOS EMPREENDIMENTOS CASADATRADOS; ALÉM DE EVITAR DUPLICIDADE E DUBIEDADE DE INFORMAÇÕES.

85. DAR MAIOR RETORNO DOS INVESTIMENTOS E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS.

86. MEDIÇÃO CONSIDERADA SATISFATÓRIA.

87. MEDIÇÃO CONSIDERADA SATISFATÓRIA.

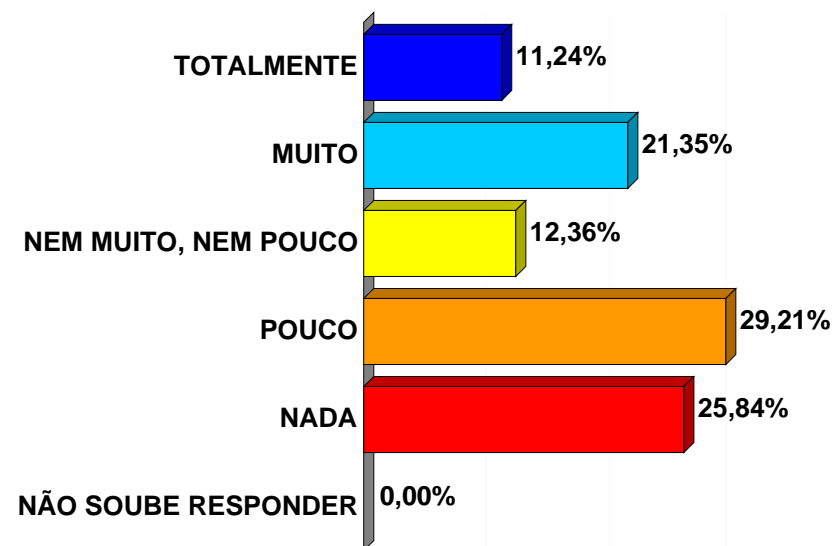
88. AVALIAR UM PREÇO DIFERENCIADO PARA OS MANCIAIS "RESERVA" DO SETOR DE SANEAMENTO, FUNDAMENTAIS NO CASO DO ABASTECIMENTO PÚBLICO, MAS QUE SÓ SÃO UTILIZADOS EM SUBSTITUIÇÃO A OUTRAS CAPTAÇÕES EM CASOS ESPECÍFICOS. ELIMINAR A OBRIGATORIEDADE DE SE PREENCHER NO CADASTRO INFORMAÇÕES QUE NÃO TÊM INTERFERÊNCIA DIRETA NOS VALORES DE COBRANÇA. EX.: MARGEM DA CAPTAÇÃO, INÍCIO DE OPERAÇÃO, VOLUME TOTAL PRODUZIDO, POPULAÇÃO ATENDIDA (VARIÁVEL DIA A DIA, MÊS A MÊS, DEPENDENDO DAS LIGAÇÕES). REVER OS VALORES DE COBRANÇA POR VAZÃO OUTORGADA PARA O SETOR DE SANEAMENTO, CUJAS OUTORGAS TÊM VALIDADE PARA 20 A 30 ANOS. AS EMPRESAS DE SANEAMENTO SOLICITAM UMA VAZÃO DE OUTORGA PREVENDO VAZÃO NECESSÁRIA PARA FIM DO PLANO, HAVENDO CONSEQUENTEMENTE MAIOR DIFERENÇA, EM INÍCIO DE PLANO. HÁ, CONSEQUENTEMENTE, UMA MAIOR DIFERENÇA ENTRE OS VALORES CONSUMIDOS EM INÍCIO DE PLANO E O VALOR OUTORGADO. ISSO GERA UM ACRÉSCIMO NO PAGAMENTO E AINDA HÁ UMA TAXA EXTRA QUANDO O VOLUME UTILIZADO É INFERIOR A 70% DO OUTORGADO, O QUE QUASE SEMPRE ACONTECE NO SETOR EM INÍCIO DE PLANO. SUGERE-SE ESCALONAR A VAZÃO

OUTORGADA A CADA 5 ANOS. NÃO PERMITIR O CADASTRO DE MAIS DE UMA SENHA PARA UM MESMO CNPJ E ASSOCIAR O NÚMERO DE DECLARAÇÃO E CNARH AO NOME DO MUNICÍPIO (OQUAL PODERIA SER LISTADO NA PÁGINA INICIAL, ONDE APARECE O NÚMERO DA DECLARAÇÃO E DO CNARH). ISSO FACILITARIA MUITO PARA O ACESSO AO PROGRAMA PARA EMPRESAS COMO A COPASA, QUE TEM MUITOS EMPREENDIMENTOS CASADATRADOS; ALÉM DE EVITAR DUPLICIDADE E DUBIEDADE DE INFORMAÇÕES.

89. NÃO RESPONDEU.

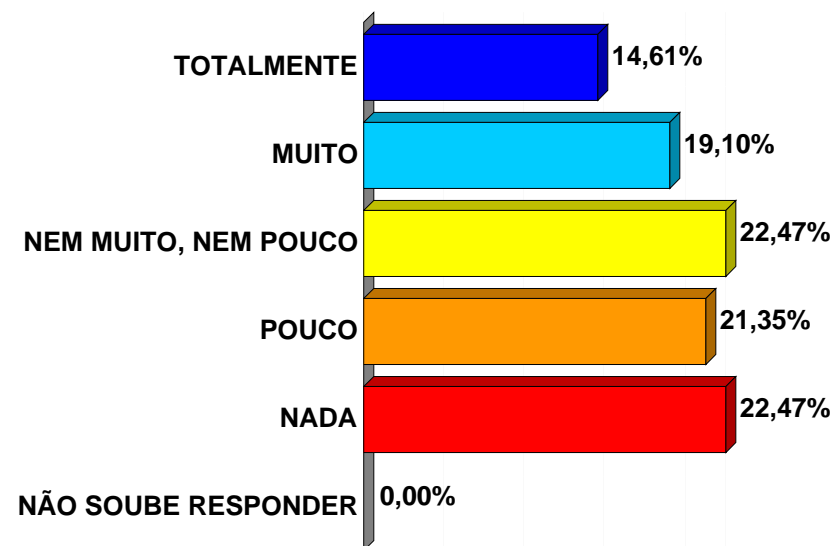
O Sr(a) tem conhecimento dos MONTANTES ARRECADADOS através da cobrança pelo uso de recursos hídricos:

CONHECIMENTO MONTANTES ARRECADADOS		
TOTALMENTE	10	11,24%
MUITO	19	21,35%
NEM MUITO, NEM POUCO	11	12,36%
POUCO	26	29,21%
NADA	23	25,84%
NÃO SOUBE RESPONDER	0	0,00%
Total	89	100,00%



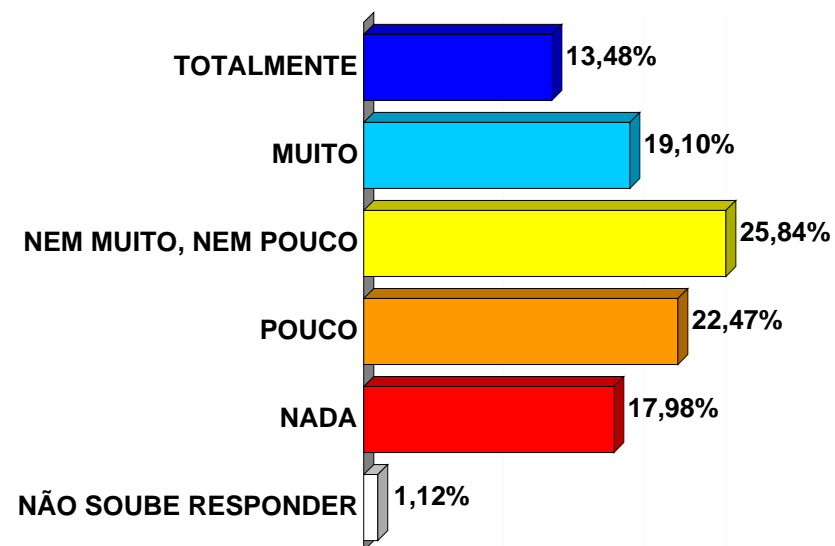
O Sr(a) tem conhecimento sobre OS CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS GERADOS COM A COBRANÇA pelo uso de recursos hídricos:

APLICAÇÃO DOS RECURSOS		
TOTALMENTE	13	14,61%
MUITO	17	19,10%
NEM MUITO, NEM POUCO	20	22,47%
POUCO	19	21,35%
NADA	20	22,47%
NÃO SOUBE RESPONDER	0	0,00%
Total	89	100,00%



O Sr(a) tem conhecimento das **AÇÕES IMPLEMENTADAS** com os recursos gerados com cobrança pelo uso de recursos hídricos:

AÇÕES IMPLEMENTADAS		
TOTALMENTE	12	13,48%
MUITO	17	19,10%
NEM MUITO, NEM POUCO	23	25,84%
POUCO	20	22,47%
NADA	16	17,98%
NÃO SOUBE RESPONDER	1	1,12%
Total	89	100,00%



Que sugestão o Sr (a) daria no sentido de melhorar a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos?

1. O VALOR COBRADO PELO RECURSO É MUITO POUCO E É MUITA BUROCRACIA PARA LIBERAR PROJETOS, EX: EM SÃO PAULO O PROTOCOLO É OBTIDO PELA INTERNET. TEM QUE MELHORAR O HIDRO QUE É MAIS FACIL EM SÃO PAULO DO QUE EM MINAS GERAIS, POIS É MUITA BUROCRACIA, PEDE MUITO DOCUMENTO.
2. UM INVESTIMENTO NOS RIOS CAMANDUCAIA E JAGUARI ONDE NASCE A BACIA.
3. A ANA PODERIA TER UMA APROXIMAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS.
4. DIMINUIR A BUROCRACIA NA ÁREA DE CAPTAÇÃO, POIS NÃO APROVAM OS PROJETOS PARA LIBERAÇÃO.
5. DEVERIA TER UMA FISCALIZAÇÃO MAIS ACIRRADA NA REGIÃO DA BACIA.
6. PROJETOS DE ARBOREAMENTO, RECUPERAÇÃO DE MATA SILLIAR, EDUCAÇÃO AMBIENTAL.
7. APLICA COM SANEAMENTO NO MUNICÍPIO, POIS FALTA PROJETOS DE ONDE SAI AS ARRECADAÇÕES MUNICIPAIS.
8. NÃO SABE DIZER.
9. APLICADAS NA MELHORIA DA QUALIDADE DO MANANCIAL APLICADAS COM OBRAS QUE VISEM ESTA MELHORIA CONSTANTE.
10. PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FORMA PUNITIVA, ONDE AS EMPRESAS, MUNICÍPIOS E ESTADO TIVESSEM A CONSCIÊNCIA DE UTILIZAR A ÁGUA E DEVOLVER PELO MENOS 80% DA ÁGUA LIMPA.
11. FALTA OPINIÃO PARA SUGERIR, POIS MUDOU A GESTÃO, E NESTA GESTÃO SÓ SE SABE QUE PAGA, MAS NEM A ANA E NEM O PCJ DIVULGA ESTAS INFORMAÇÕES ACIMA.

12. HAVER MAIS PARTICIPAÇÕES DA EMPRESA.
13. TRABALHOS REALIZADOS COM PCJ ESTOU HÁ POUCO TEMPO. PORÉM CREIO QUE A DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES ATRAVÉS DE CARTAS NOS AJUDA A PODER AVALIAR CRITICAMENTE E CONTRIBUIR COM SUGESTÕES.
14. NÃO RESPONDEU.
15. TER UM MELHOR DIAGNÓSTICO DAS NECESSIDADES DE CADA MUNICÍPIO.
16. NÃO RESPONDEU.
17. NÃO RESPONDEU.
18. DEMONSTRAR ATRAVÉS DE SIMULAÇÕES, EM FUNÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS E APLICADOS, QUANDO SERÁ POSSÍVEL INVESTIR EM OUTRAS ATIVIDADES MAIS INTERESSANTES QUE NÃO SEJA O TRATAMENTO DE ESGOTO.
19. REALIZAÇÃO DE EVENTOS SOCIAIS/PALESTRAS AOS RIBEIRINHOS, DESTACANDO A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA O PRESENTE E O FUTURO.
20. EXISTE UMA CERTA DIFICULDADE DOS MUNICÍPIOS EM BUSCAR VERBAS PARA PROJETOS, SUGERE QUE DEVE TER UMA DESTINAÇÃO DE RECURSOS A ESTES MUNICÍPIOS BANHADOS POR ÁREAS ALAGADAS ENTRE ESTES O COM MAIOR DIFICULDADES, É NAZARÉ PAULISTA, PORQUE TEM ÁREAS DE (APP5) E ESTES MUNICÍPIOS ACABAM EMPOBRECENDO, SEM A DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA INVESTIR NESTES MUNICÍPIOS. E SÃO ESTES QUE CONTRINUEM COM OS RECURSOS HÍDRICOS PARA A REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, E O QUE RETORNAR É UMA PARCELA MUITO PEQUENA E AGREGADA DE MUITA BUROCRACIA PARA OBTER A FEHIDRO. INVESTIR NA CAPACITAÇÃO DA ÁREA RURAL DE AGRICULTORES CRIADORES RECEBENDO UMA ORIENTAÇÃO ADEQUADA DE COMO TRATAR OS RESÍDUOS DE PRODUÇÃO E CRIAÇÃO. UNIVERSALIZAR, DIAGNOSTICAR AS FORMAS E CONDIÇÕES DE TRATAMENTO SANITÁRIOS EM TODOS ESTES MUNICÍPIOS URBANOS E RURAIS. É PRECISO FAZER UM LEVANTAMENTO DOS RURAIS ONDE NÃO EXISTE FISCALIZAÇÃO, CRIAR UM BANCO DE DADOS PARA ENTÃO AGIR A MÉDIO E LONGO PRAZO NESTAS ÁREAS. A SABESP JÁ ESTA COM PARCERIA COM

MUNICÍPIOS MENORES DA REGIÃO NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO PARA ESTES E OUTROS FINS.

21. DESTINAR NOS RECURSOS NATURAIS, REPLANTIO DE MATAS NA BEIRA DOS RIOS E NAS BACIAS.
22. DEIXAR UMA PARCELA DAS APLICAÇÕES NO MUNICÍPIO, POIS CONSIDERA QUE FALTA MELHORIAS NO MUNICÍPIO NA GESTÃO AMBIENTAL.
23. NA ÁREA DO MEIO AMBIENTE, NOS RIOS, NAS VIAS DE CÓRREGO.
24. NÃO RESPONDEU.
25. ABRIR O LEQUE MAIS PARA RESÍDUOS SÓLIDOS E ÁGUA POIS A MAIORIA É DESTINADO A ESGOTOS.
26. DEVERIA SER FEITO UM MAPEAMENTO QUE PODERIA SER VISUALIZADO AS ÁREAS QUE NECESSITAM MAIS DE APOIO AMBIENTAL.
27. NÃO RESPONDEU.
28. DIVULGAR DE FORMA MAIS AMPLA A FORMA COMO EMPRESAS, ÓRGÃOS, ENTIDADES PODEM APRESENTAR SEUS PROJETOS E SEREM VIABILIZADOS ATRAVÉS DOS RECURSOS DAS COBRANÇAS.
29. EM TRATAMENTO DE ESGOTO NÍVEL MUNICIPAL ESTADUAL E FEDERAL.
30. INVESTIR NA ÁREA PÚBLICA, ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, TRATAMENTO DE ESGOTOS, PROJETOS DE REUSO DA ÁGUA.
31. PODERIAM ESTAR VOLTANDO PARA O TRATAMENTO EM GERAL DE ESGOTOS, RECUPERAÇÃO DE MATAS SILIARES E PROGRAMAS DE INCENTIVO DE REUSO DA ÁGUA.

32. EDUCAÇÃO AMBIENTAL HÍDRICA BÁSICA Á SOCIEDADE, A FIM DE GERAR CONSCIENTIZAÇÃO E ENGAJAMENTO DA SOCIEDADE, ESCLARECIMENTO DA FORMA ORGANIZACIONAL DAS BACIAS: ANA, DAEE, COMITÊ, AGÊNCIA.
33. NÃO RESPONDEU.
34. POR MAIOR RETORNO DAS APLICAÇÕES REALIZADAS ANUALMENTE. FALTAM INFORMAÇÕES PRA EMPRESA PODER SUGERIR.
35. EM TESE SE ADEQUAR.
36. LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO, PROJETOS NO REUSO DE ÁGUA PARA A DIMINUIÇÃO DE CAPACITAÇÃO DO REUSO.
37. FISCALIZAÇÃO NA ÁREA DE RESPONSABILIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS, PROJETOS EDUCACIONAL COM VISÃO AMBIENTAL.
38. MELHORAR AS TAXAS DE JUROS PARA AS INDÚSTRIAS PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INTERESSE AMBIENTAL.
39. PRINCIPALMENTE NA DESPOLUIÇÃO DOS RIOS, LAGOAS TODOS OS CORPOS HÍDRICOS.
40. DEVERIA SER ABERTO UM LEQUE DIRECIONADO A RECURSOS DIRECIONANDO INDIVIDUALMENTE EM PORCENTAGENS PARA SEREM APLICADOS EM ÁREAS TOTAIS.
41. PRECISA AGILIZAR OS PROCESSOS DE TODAS AS PARTES, SEJA PARA O TOMADOR OU PARA NÓS.
42. VEM ACOMPANHADO COM SANEAMENTO NA CIDADE, ESTÃO COLOCANDO EM PRÁTICA OS PROJETOS. FAZEM UM BOM TRABALHO. APÓS TRÊS ANOS DA COBRANÇA JÁ SE PERCEBE DIFERENÇA NO RIO, COM PEIXES E A FLORA SE REESTABELECENDO.
43. MANTER O SISTEMA ATUAL.
44. APLICAR EM MATAR SILIAR, RELOFRESTAMENTOS NA BEIRA DOS RIOS, ISSO É PRIORIDADE.

45. ESTAÇÕES DE ESGOTOS E TRATAMENTO DE ÁGUA.
46. CRIAR PLANO PARA PREFEITURAS PARA TRATAR ESGOTOS E O LANÇAMENTO DE (PBO).
47. ATUALMENTE FAZEM ANÁLISES SOBRE DEMANDAS; VÃO MELHORANDO O QUE PRECISA ATUALIZAR NOS PROJETOS DE ACORDO A PRIVATIZAR AS NECESSIDADES URGENTES, POIS SEM METAS A CUMPRIR NA BACIA PCJ. COMO PARTICIPO DO COMITÊ DA PCJ ACREDITO QUE ESTE É O CAMINHO.
48. ACHO QUE OS RECURSOS ARRECADADOS COM A COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS ESTÃO SENDO MUITO BEM APLICADO, TEMOS QUE AGILIZAR OS PROCEDIMENTOS COM O AGENTE FINANCEIRO (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL).
49. INVESTIR EM PARTE SOCIAL PARA CAMINHAR JUNTAMENTE COM A PARTE AMBIENTAL.
50. TRATAMENTO DE ESGOTO NA REGIÃO, PARA ENTRAR MENOS RESÍDUOS NO RIO.
51. ACHA QUE A APLICAÇÃO JÁ ESTÁ ADEQUADA.
52. PODERIA UTILIZAR EM FORMAÇÕES PARA CONHECIMENTO DOS USUÁRIOS DA BACIA.
53. OS PROJETOS SÃO BONS, TEM QUE PÔR NA PRÁTICA, TEM QUE TER APLICAÇÃO, PORÉM ACHA QUE É MUITA BUROCRACIA E TAMBÉM DIFICULDADE DE QUEM APLICA ESTES PROJETOS DE DESPOLUIÇÃO DA BACIA PIRACICABA. TEM QUE INVESTIR NO TRATAMENTO DE ESGOTO MUNICIPAL, POIS A CIDADE TODA JOGA OS ESGOTOS NOS RIOS.
54. APOIO AOS MUNICÍPIOS PARA IMPLANTAÇÃO ETE (ESTAÇÃO TRATAMENTO DE ESGOTO).
55. NO MEIO AMBIENTE, NA DESPOLUIÇÃO DOS RIOS E MANANCIASIS.

56. NÃO TEM INFORMAÇÃO DO MONTANTE ARRECADADO NÃO TEM COMO AVALIAR, MAS A OPINIÃO É QUE DEVE SER APLICADOS EM PROJETOS DIRECIONADOS COM O MEIO AMBIENTE.
57. NA DESPOLUIÇÃO DA BACIA E FISCALIZAÇÃO NAS INDÚSTRIAS E TAMBÉM NO MUNICÍPIO, POIS HOJE O ESGOTO DOMÉSTICO E METAIS PESADOS DAS INDÚSTRIAS QUE POLUEM OS RIOS. PORÉM SANEAMENTO BÁSICO E DESPOLUIÇÃO SÃO PRIORIDADE.
58. COMO INCENTIVO AS EMPRESAS PRIVADAS FOMENTAR PROJETOS QUE APRIMOREM A PRÁTICA DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA.
59. REALMENTE APLICADO DO JEITO QUE ESTÁ ESTABELECIDO E FISCALIZAR OS MUNICÍPIOS.
60. COMO SOU FAVORÁVEL PELA QUALIDADE DA ÁGUA BRUTA AS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS DEVERIAM TER PESO SUPERIOR DE COBRANÇA EM FAVOR DOS RECURSOS HÍDRICOS.
61. NÃO RESPONDEU.
62. DE FATO ESTES RECURSOS SEJAM APLICADOS NA DESPOLUIÇÃO DOS RIOS E SEUS MANANCIASIS.
63. DESENVOLVER AÇÕES DE BASE NAS ESCOLAS COM DISCIPLINA ESPECÍFICA E TRABALHO DE CAMPO JUNTO AOS ALUNOS NO ÂMBITO MUNICIPAL, RECUPERAÇÃO DE MATA CILIAR NO PIRACICABA E QUILOMBO, COM AÇÕES CONJUNTAS ENTRE EMPRESAS E PREFEITURA MUNICIPAL.
64. CONSIDERA COMO APLICAÇÕES EM SANEAMENTO INDUSTRIAIS E MUNICÍPIOS DE GRANDE IMPORTÂNCIA.
65. DIMINUIR OS JUROS DOS PROJETOS E OBRAS, QUE OS MUNICIPIOS ESTÃO PAGANDO JUROS DE MERCADO ALTÍSSIMOS. MELHORAR O NÍVEL DE MEDICAÇÃO DE ESGOTO.
66. DESBUROCRATIZAR OU REDUZIR A BUROCRACIA PARA OBTENÇÃO DE RECURSOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS DE MELHORIAS DA BACIA PCJ.

67. MANUTENÇÃO DA PRESERVAÇÃO DAS MATAS CILIARES E TAMBÉM O USO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA TRATAMENTO DE ENFLUENTES EX: MEMBRANAS.
68. DISSIMULAR AS INFORMAÇÕES, ESTUDOS PRÁTICOS, PODERIA SER SOLICITADO SUPORTES VOLUNTÁRIOS DOS USUÁRIOS NAS PARTICIPAÇÕES DOS PROJETOS.
69. ACHO QUE A PCJ JÁ ESTÁ NO CAMINHO DE QUALIDADE SATISFATÓRIA.
70. DEVE SER PRIORIZADO O TRATAMENTO DE ESGOTO, DEVE OBJETIVAR ESTE PROJETO.
71. PODERIA SER FEITO UMA ESPÉCIE DE WORK SHOP CONVIDANDO AS AUTORIDADES LOCAIS PARA DESENVOLVER A MELHOR MANEIRA POSSÍVEL PARA ANTENDER AS ÁREA QUE OS RIOS ESTÃO SENDO TARIFADOS.
72. AGILIZAR A CAIXA ENOCONÔMICA O DESEMBOLSO DE RECURSOS E CRIAÇÃO DE MECANISMOS DE DESEMBOLSO QUE A CAIXA ANTECIPASSE RECURSO MEDIANTE GARANTIA DOS VALORES ARRECADADOS PELA COBRANÇA.
73. NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA, MAS ACREDITO QUE A ANA COM O PCJ SABEM ONDE DEVEM SER APLICADOS.
74. QUE O SISTEMA ESTÁ CORRETO, DAR PRIORIDADE MAIOR NA REDE DE ESGOTO, ACHO QUE ESSE É O CAMINHO.
75. NÃO RESPONDEU.
76. NÃO RESPONDEU.
77. NÃO RESPONDEU.
78. CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO QUE POSSIBILITE MELHORAR A PARTICIPAÇÃO DOS GRANDES PAGADORES.

79. CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO QUE POSSIBILITE MELHORAR A PARTICIPAÇÃO DOS GRANDES PAGADORES.
80. NÃO RESPONDEU.
81. SUGIRO MAIS INFORMAÇÕES ATUALIZADAS SOBRE OS RECURSOS COMO JORNAL EXPLICATIVO, PALESTRAS.
82. USAR EM ESTÍMULOS E INCENTIVOS NAS PRÓXIMAS ARRECADAÇÕES DAS EMPRESAS LOCAIS.
83. NÃO RESPONDEU.
84. SUGIRO REPASSAR A TODOS OS MUNICÍPIOS INFORMAÇÕES SOBRE OS RECURSOS ARRECADADOS E EMPREENDIMENTOS REALIZADOS, MESMO AQUELES NÃO REPRESENTADOS NO COMITÊ.
85. POR MAIOR RETORNO DAS APLICAÇÕES REALIZADAS ANUALMENTE. FALTAM INFORMAÇÕES PARA EMPRESA PODER SUGERIR.
86. EXISTE UMA CERTA DIFICULDADE DOS MUNICÍPIOS EM BUSCAR VERBAS PARA PROJETOS, SUGERE QUE DEVE TER UMA DESTINAÇÃO DE RECURSOS A ESTES MUNICÍPIOS BANHADOS POR ÁREAS ALAGADAS ENTRE ESTES O COM MAIOR DIFICULDADES, É NAZARÉ PAULISTA, PORQUE TEM ÁREAS DE (APP5) E ESTES MUNICÍPIOS ACABAM EMPOBRECENDO, SEM A DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA INVESTIR NESTES MUNICÍPIOS. E SÃO ESTES QUE CONTRINUEM COM OS RECURSOS HÍDRICOS PARA A REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, E O QUE RETORNAR É UMA PARCELA MUITO PEQUENA E AGREGADA DE MUITA BUROCRACIA PARA OBTER A FEHIDRO. INVESTIR NA CAPACITAÇÃO DA ÁREA RURAL DE AGRICULTORES CRIADORES RECEBENDO UMA ORIENTAÇÃO ADEQUADA DE COMO TRATAR OS RESÍDUOS DE PRODUÇÃO E CRIAÇÃO. UNIVERSALIZAR, DIAGNOSTICAR AS FORMAS E CONDIÇÕES DE TRATAMENTO SANITÁRIOS EM TODOS ESTES MUNICÍPIOS URBANOS E RURAIS. É PRECISO FAZER UM LEVANTAMENTO DOS RURAIS ONDE NÃO EXISTE FISCALIZAÇÃO, CRIAR UM BANCO DE DADOS PARA ENTÃO AGIR A MÉDIO E LONGO PRAZO NESTAS ÁREAS. A SABESP JÁ ESTA COM PARCERIA COM MUNICÍPIOS MENORES DA REGIÃO NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO PARA ESTES E OUTROS FINS.
87. EXISTEM UMA CERTA DIFICULDADE DOS MUNICÍPIOS EM BUSCAR VERBAS PARA PROJETOS, SUGERE QUE DEVE TER UMA DESTINAÇÃO DE RECURSOS A ESTES MUNICÍPIOS BANHADOS POR ÁREAS ALAGADAS ENTRE ESTES O COM MAIOR DIFICULDADES, É NAZARÉ PAULISTA, PORQUE TEM ÁREAS DE (APP5) E ESTES MUNICÍPIOS ACABAM EMPOBRECENDO, SEM A DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA INVESTIR

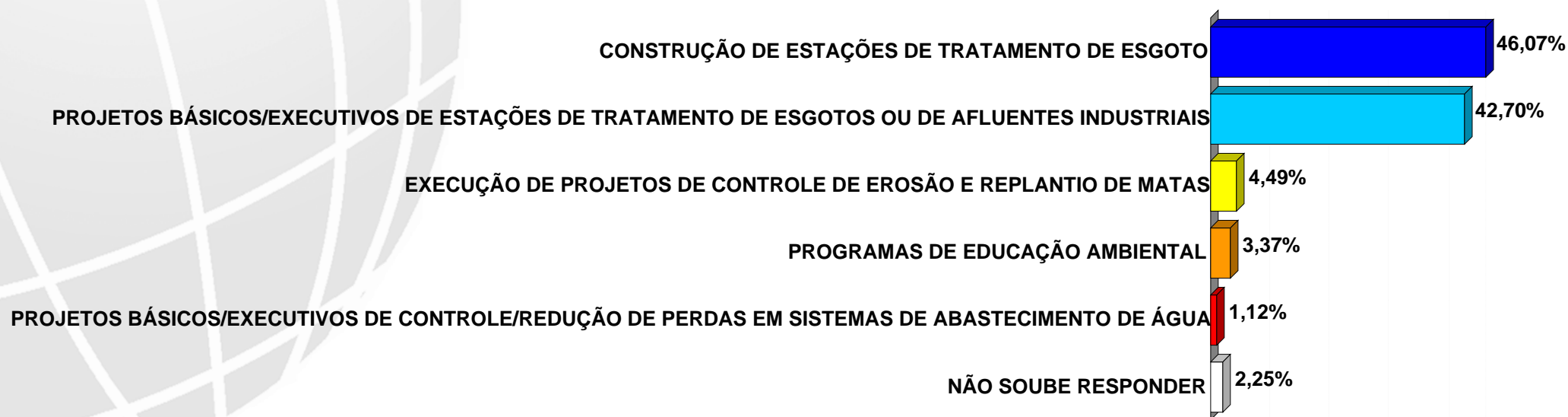
NESTES MUNICÍPIOS. E SÃO ESTES QUE CONTRINUEM COM OS RECURSOS HÍDRICOS PARA A REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, E O QUE RETORNAR É UMA PARCELA MUITO PEQUENA E AGREGADA DE MUITA BUROCRACIA PARA OBTER A FEHIDRO. INVESTIR NA CAPACITAÇÃO DA ÁREA RURAL DE AGRICULTORES CRIADORES RECEBENDO UMA ORIENTAÇÃO ADEQUADA DE COMO TRATAR OS RESÍDUOS DE PRODUÇÃO E CRIAÇÃO. UNIVERSALIZAR, DIAGNOSTICAR AS FORMAS E CONDIÇÕES DE TRATAMENTO SANITÁRIOS EM TODOS ESTES MUNICÍPIOS URBANOS E RURAIS. É PRECISO FAZER UM LEVANTAMENTO DOS RURAIS ONDE NÃO EXISTE FISCALIZAÇÃO, CRIAR UM BANCO DE DADOS PARA ENTÃO AGIR A MÉDIO E LONGO PRAZO NESTAS ÁREAS. A SABESP JÁ ESTA COM PARCERIA COM MUNICÍPIOS MENORES DA REGIÃO NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO PARA ESTES E OUTROS FINS.

88. SUGIRO REPASSAR A TODOS OS MUNICÍPIOS INFORMAÇÕES SOBRE OS RECURSOS ARRECADADOS E EMPREENDIMENTOS REALIZADOS, MESMO AQUELES NÃO REPRESENTADOS NO COMITÊ.

89. EM MINHA OPINIÃO, OS RECURSOS DEVERIAM SER 100% UTILIZADOS EM PROJETOS DE SANEAMENTO, TRATAMENTO DE ESGOTO E FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL PARA AS CIDADES.

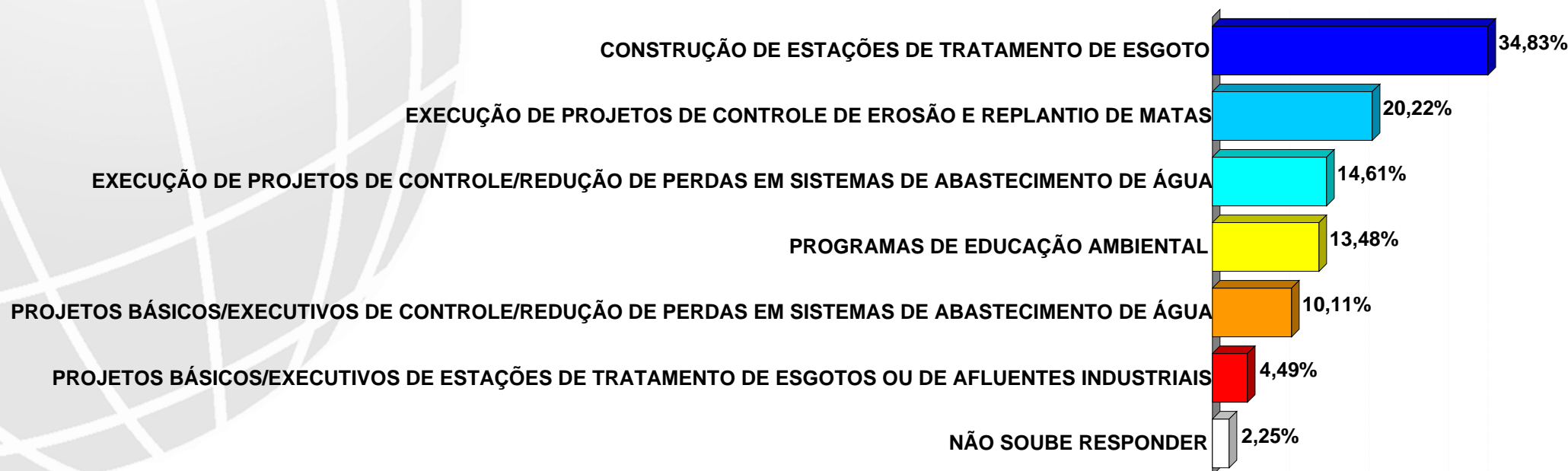
Na sua opinião, entre estas alternativas, em quais delas devem ser aplicados prioritariamente os recursos arrecadados com a cobrança?

APLICAR RECURSOS 1ª OPÇÃO		
CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO	41	46,07%
PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS OU DE AFLUENTES INDUSTRIAIS	38	42,70%
EXECUÇÃO DE PROJETOS DE CONTROLE DE EROSIÃO E REPLANTIO DE MATAS	4	4,49%
PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	3	3,37%
PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE CONTROLE/REDUÇÃO DE PERDAS EM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	1,12%
NÃO SOUBE RESPONDER	2	2,25%
Total	89	100,00%



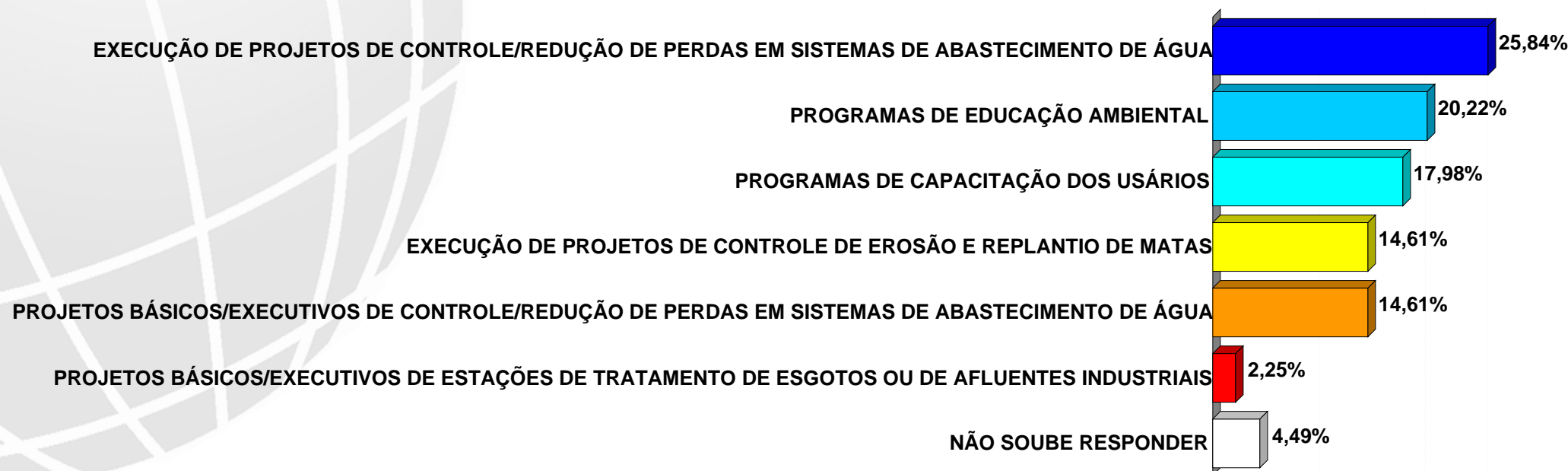
Na sua opinião, entre estas alternativas, em quais delas devem ser aplicados prioritariamente os recursos arrecadados com a cobrança?

APLICAR RECURSOS 2ª OPÇÃO		
CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO	31	34,83%
EXECUÇÃO DE PROJETOS DE CONTROLE DE EROÇÃO E REPLANTIO DE MATAS	18	20,22%
EXECUÇÃO DE PROJETOS DE CONTROLE/REDUÇÃO DE PERDAS EM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	13	14,61%
PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	12	13,48%
PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE CONTROLE/REDUÇÃO DE PERDAS EM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	9	10,11%
PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS OU DE AFLUENTES INDUSTRIAIS	4	4,49%
NÃO SOUBE RESPONDER	2	2,25%
Total	89	100,00%



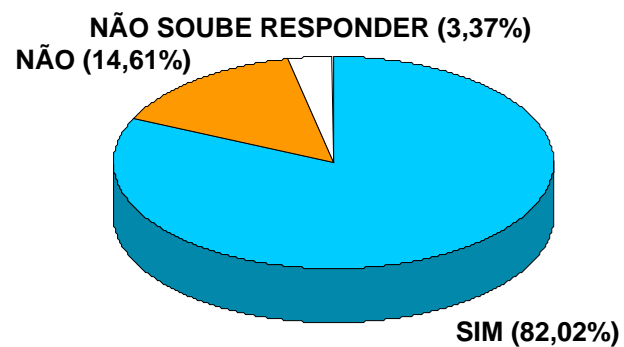
Na sua opinião, entre estas alternativas, em quais delas devem ser aplicados prioritariamente os recursos arrecadados com a cobrança?

APLICAR RECURSOS 3ª OPÇÃO		
EXECUÇÃO DE PROJETOS DE CONTROLE/REDUÇÃO DE PERDAS EM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	23	25,84%
PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	18	20,22%
PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO DOS USÁRIOS	16	17,98%
EXECUÇÃO DE PROJETOS DE CONTROLE DE EROSIÃO E REPLANTIO DE MATAS	13	14,61%
PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE CONTROLE/REDUÇÃO DE PERDAS EM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	13	14,61%
PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS OU DE AFLUENTES INDUSTRIAIS	2	2,25%
NÃO SOUBE RESPONDER	4	4,49%
Total	89	100,00%



Antes do início da cobrança pelo uso de recursos hídricos, a empresa havia adotado alguma medida para utilizar a água de forma mais racional em seu empreendimento?

UTILIZAR FORMA MAIS RACIONAL		
SIM	73	82,02%
NÃO	13	14,61%
NÃO SOUBE RESPONDER	3	3,37%
Total	89	100,00%



Se afirmativo, quais fatores induziram a racionalização do uso da água

1. NÃO RESPONDEU.
2. TEM HORÍMETRO, HIDROMETRO, CONTROLE DE MONITORAMENTO DO USA DE ÁGUA E TEM O ISSO 14001.
3. EXIGÊNCIA DA MATRIZ AMERICANA. POR SER CERTIFICADA PELO ISO 14001.
4. NÃO RESPONDEU.
5. PREOCUPAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE, JÁ É UMA VISÃO DA EMPRESA QUE TRABALHA DIRETAMENTE COM O RECURSO.
6. PARA EMPRESA JÁ CERTIFICADA PELO ISO 14001 É UMA POLÍTICA E VALORES DA EMPRESA, PELA RACIONALIZAÇÃO DO RECURSO.
7. CUSTOS, INDISPONIBILIDADE DO RECURSO HÍDRICO E CONSCIÊNCIA AMBIENTAL.
8. OTIMIZAÇÃO DO PROCESSO PARA REDUÇÃO DE CUSTO.
9. NÃO RESPONDEU.
10. PROCESSO DO PORTO DE AREIA A GASTAR O QUANTO MENOS DE ÁGUA E VOLTAR PARA O RIO MAIS LIMPA POSSÍVEL
11. NÃO RESPONDEU.
12. A DIMINUIÇÃO DE GERAÇÃO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS.
13. A SUSTENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS ALIADAS A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL.

14. NÃO RESPONDEU.
15. EDUCAÇÃO AMBIENTAL SEMPRE TEVE UM PROGRAMA.
16. CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL E CERTIFICAÇÃO DA ISO 14001
17. MELHORIA NOS PROCESSOS INTERNOS VISANDO MAIOR EFICIÊNCIA E ECONOMIA, CONSCIENTIZAÇÃO DO MELHOR USO DOS RECURSOS HÍDRICOS.
18. NO CASO DA ESALQ/ESP A BAIXA DISPONIBILIDADE, UMA VEZ QUE UTILIZA ÁGUA DO RIO PIRACICABA, O ELEVADO CUSTO DE TRATAMENTO, A ELEVADA PERDA NA DISTRIBUIÇÃO E A BAIXA CONSCIÊNCIA DO PROBLEMA DA ÁGUA NA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ.
19. CONSCIENTIZAÇÃO PARA EVITAR O DESPERDÍCIO.
20. O CONTROLE DE PERDAS INTENSIFICADO COM RESULTADO EFETIVO APARTIR DE 2007 COM PERDA DE UM TERÇO COMPARADA À MÉDIA METROPOLITANA COM BRAGANÇA, PIRACAIA E NAZARÉ PAULISTA.
21. CONSCIENTIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. RECLUSÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E PRODUTOS QUÍMICOS. OTIMIZAÇÃO SISTEMA PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - ATENDIMENTO 100% COM REGULARIDADE.
22. UM DOS PONTOS CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL E OUTRO SE MANTER NA AUTORGA, AMENIZA A DEMANDA DAS EMPRESAS MAS BUSCA MEIOS PARA DIMINUIÇÃO DO USO DO RECURSO.
23. NÃO RESPONDEU.

24. QUESTÃO AMBIENTAL, QUESTÃO ECONÔMICA SÃO POLÍTICAS DA EMPRESA.
25. UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM PARCERIA COM AS ESCOLAS MUNICIPAIS.
26. CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.
27. PELA ATIVIDADE DE EXTRAÇÃO DE AREIA NÃO UTILIZA CONSUMO, PRODUÇÃO POR CANALETA PARA NÃO TER PERDA DE ÁGUA.
28. ÁGUA EM NOSSA INDÚSTRIA É NOSSA PRINCIPAL MATÉRIA PRIMA. POSSUÍMOS UM FORTE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL E ENTRE OS ITENS AVALIADOS ESTÁ A REDUÇÃO CONTÍNUA DO USO, METAS DE CONSUMO ESTABELECIDAS E AMPLAMENTE DIVULGADAS, POR ÁREA, EQUIPES E CARGOS.
29. CONTROLE DE PERDAS EM OBRAS.
30. NÃO RESPONDEU.
31. NÃO RESPONDEU.
32. ISO 14001, MELHORIAS DE PROCESSO/ASPECTOS AMBIENTAIS.
33. POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA.
34. A EMPRESA TEM COMO MISSÃO E POLÍTICA O USO RACIONAL DE RECURSOS NATURAIS.
35. CONSCIÊNCIA AMBIENTAL, GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA DA EMPRESA, ESCASSEZ DE RECURSOS HÍDRICOS NA REGIÃO É O PRINCIPAL E TAMBÉM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMPRESA, COM METAS PARA ATINGIR.
36. NECESSIDADE DE SEGURANÇA DO PROCESSO.

37. REUTILIZAÇÃO DO RECURSO E REUSO DE PROCESSOS PRODUTIVOS.
38. CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL.
39. ASPECTO AMBIENTAL, FOI A PRIMEIRA NA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE REUSO NA REGIÃO A EXPANSÃO EM 2004 TAMBÉM IMPRESSIONA PROJETOS COM O OBJETIVO DE REDUÇÃO DO USO DE ÁGUA.
40. PELA CERTIFICAÇÃO TEM O CONTROLE DE EVASÃO E A BUSCA DA MELHORIA CONTÍNUA DA EMPRESA.
41. ESCASSEZ DE FONTES DE ABASTECIMENTO.
42. CERTIFICAÇÃO ISO 14001. UTILIZAÇÃO DE "SISTEMA FECHADO" DE UTILIZAÇÃO DA ÁGUA, INCLUÍDA NO CERTIFICADO 14001 - ONDE SÃO COBRADOS METAS.
43. CUSTO DE ENERGIA ELÉTRICA, APLICAÇÃO DE ÁGUA BASEADO NO EXTRITAMENTE NECESSÁRIO.
44. PELA CONSCIÊNCIA DE TER QUE CUIDAR DESTES RECURSOS NATURAIS QUE JÁ SÃO ESCASSOS PARA NÃO ACABAREM.
45. PROCESSO DE ÁGUA - REUSO.
46. NÃO RESPONDEU.
47. PELO RECURSO HÍDRICO NA CIDADE SÃO ESCASSOS, TEM CAPACIDADE LIMITADA PARA USO, ISSO JÁ FAZ COM QUE HAJA O USO RACIONAL.
48. DIMINUIÇÃO DE CUSTOS E AMPLIAÇÃO DA OFERTA.
49. PREOCUPAÇÃO COM O RECURSO, E TRATA-SE DE OUTROS BENEFÍCIOS ECONÔMICOS.

50. NÃO RESPONDEU.

51. PREOCUPAÇÃO COM ESTE RECURSO QUE É ESCASSO, ATÉ MESMO A QUESTÃO DE CUSTO DE UTILIZAÇÃO.

52. CONSCIENTIZAÇÃO, METAS, PROPOSTAS DA EMPRESA EM PRIORIZAR OS RECURSOS. BENCHMARK COM OUTRAS EMPRESAS.

53. NÃO RESPONDEU.

54. NÃO RESPONDEU.

55. NÃO RESPONDEU.

56. NÃO RESPONDEU.

57. CONSCIÊNCIA DOS PROPRIETÁRIOS, PORQUE NA IMIGRAÇÃO DOS LARANJAIS TANTA A FALTA QUANTO O EXCESSO É PREJUDICIAL. NÃO EXISTE ESTÍMULO PARA USAR MENOS. POR A ANA NÃO FAZER JUSTO.

58. A EMPRESA É PIONEIRA COM RECICLAGEM DE APAROS QUE SUA MATÉRIA PRIMA PRINCIPAL É MANTENDO A LINHA DE SEGENTO, A EMPRESA ADOTOU REUSO DA ÁGUA, UMA VEZ QUE É IMPORTANTE PARA REDUÇÃO DO INSUMO EM GERAL.

59. ECONOMIA DO RECURSO QUE JÁ É META DA EMPRESA.

60. COMO SOMOS DO RAMO DE TINTURARIA, SEMPRE OPTAMOS POR TINGIMENTO MENOS AGRESSIVO E COM MENOS LAVAGEM.

61. A PRÓPRIA SISTEMÁTICA DA EMPRESA COM PROGRAMS DE REDUÇÃO DE CONSUMO, CONSCIENTIZAÇÃO E EVENTOS AMBIENTAIS QUE JÁ VEM DA MATRIZ COMO NORMAS E METAS.

62. TEMOS UM SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL ISSO 14001 E NOSSA POLÍTICA AMBIENTAL VISA A UTILIZAÇÃO RACIONAL DO RECURSO NATURAL, POR ISSO FAZEMOS MEDIÇÕES E MONITORAMENTOS PERIODICAMENTE E TAMBÉM TREINAMENTOS DE CONSCIENTIZAÇÃO

COM O FUNCIONÁRIOS.

63. CONSCIÊNCIA AMBIENTAL E CUSTOS.

64. A UTILIZAÇÃO DE PROJETOS EFICAZES COM BAIXO CUSTO DE APLICAÇÃO E A CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL COMO NORMAS DA EMPRESA.

65. NÃO RESPONDEU.

66. REUSO NO PROCESSO.

67. FATO DA REGIÃO TER O RECURSO ESCASSO E TAMBÉM COM A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL.

68. TEM UM DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL DOTADO DE PESSOAS CAPACITADAS E COMPROMENTIMENTOS COM A PROTEÇÃO AOS RECURSOS NATURAIS PREVISTOS NA POLÍTICA DA EMPRESA.

69. A ESCASSEZ DA ÁGUA EM TODOS O MUNICÍPIOS.

70. DIMINUIÇÃO DE PERDA DO NÍVEL DE 40%, E HOJE É DE 30%.

71. NÃO RESPONDEU.

72. PROGRAMA DE CONTROLE DE PERDAS.

73. EFICIÊNCIA DE PRODUÇÃO DE ENERGIA A PARTIR DE FONTES HIDRÁULICOS.

74. REDUÇÃO DE PERDAS E TRATAMENTO DE ESGOTO.

75. CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL PARA CONTRIBUIR EM EVITAR O DESPERDÍCIO DE ÁGUA COMO RECURSO NATURAL.
76. PERDAS DE ÁGUA, CUSTO DE PRODUÇÃO E TRATAMENTO (ÁGUA E ESGOTO), AMBIENTAL E SOCIAL, SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA.
77. CUSTOS E MENOR GERAÇÃO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS.
78. DISPONIBILIDADE HÍDRICA E COMPROMISSO DA EMPRESA COM USO RACIONAL.
79. DISPONIBILIDADE HÍDRICA E COMPROMISSO DA EMPRESA COM USO RACIONAL.
80. FAZ PARTE DA POLÍTICA DA EMPRESA A ADOÇÃO DE PROGRAMAS DE MELHORIA DE SUA EFICIÊNCIA NO REUSO DA ÁGUA, ATRAVÉS DO FECHAMENTO DE CIRCUITO, TORRES DE RESFRIAMENTO, ETC.
81. UM MELHOR CONTROLE DE RECURSO E CUSTOS DOS SISTEMAS.
82. METAS E PROGRAMAS DE REDUÇÃO DE PERDAS POR PARTE DE MATRIZ QUE SE TORNAM COMO UMA MISSÃO DA EMPRESA.
83. VISÃO P+L.
84. CONTROLE DE CUSTOS DOS SISTEMAS.
85. A EMPRESA TEM COMO MISSÃO E POLÍTICA O USO RACIONAL DE RECURSOS NATURAIS.
86. O CONTROLE DE PERDAS INTENSIFICADO COM RESULTADO EFETIVO APARTIR DE 2007 COM PERDA DE UM TERÇO COMPARADO À MÉDIA METROPOLITANA COM BRAGANÇA, PIRACAIA E NAZARÉ PAULISTA.
87. O CONTROLE DE PERDAS INTENSIFICADO COM RESULTADO EFETIVO APARTIR DE 2007 COM PERDA DE UM TERÇO COMPARADO À MÉDIA METROPOLITANA COM BRAGANÇA, PIRACAIA E NAZARÉ PAULISTA.

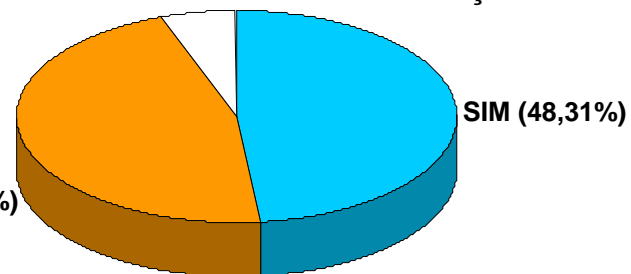
88. CONTROLE DE CUSTOS DOS SISTEMAS.

89. NÃO RESPONDEU.

Após o início da cobrança, houve alguma medida implantada pela empresa pelo uso mais racional da água?

MEDIDA IMPLANTADA		
SIM	43	48,31%
NÃO, MANTIVEMOS AS MEDIDAS JÁ ADOTAS ANTERIORMENTE	41	46,07%
NÃO, NÃO IMPLANTAMOS NENHUMA MEDIDA DE RACIONALIZAÇÃO DA ÁGUA	5	5,62%
Total	89	100,00%

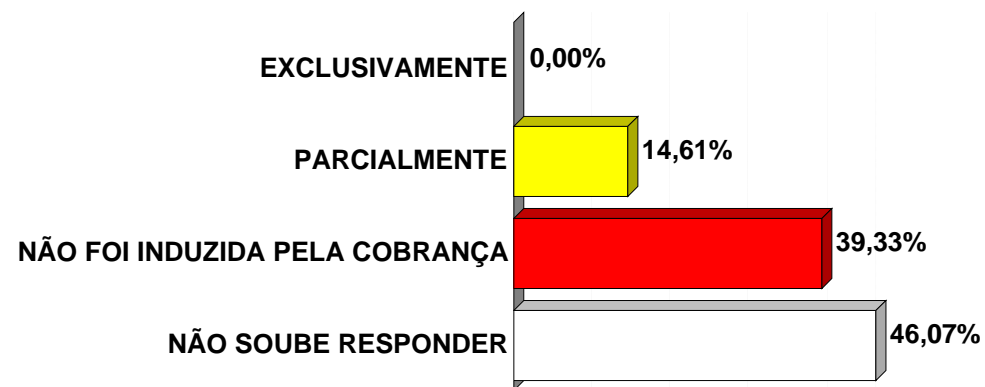
NÃO, NÃO IMPLANTAMOS NENHUMA MEDIDA DE RACIONALIZAÇÃO DA ÁGUA (5,62%)



NÃO, MANTIVEMOS AS MEDIDAS JÁ ADOTAS ANTERIORMENTE (46,07%)

Se afirmativo, a racionalização do uso da água foi induzida pela cobrança?

FOI INDUZIDA PELA COBRANÇA		
EXCLUSIVAMENTE	0	0,00%
PARCIALMENTE	13	14,61%
NÃO FOI INDUZIDA PELA COBRANÇA	35	39,33%
NÃO SOUBE RESPONDER	41	46,07%
Total	89	100,00%



Em caso de indução parcial ou ausência de indução pela cobrança, informe quais os fatores induziram a racionalização do uso:

1. PREOCUPAÇÃO PRIORITÁRIA AMBIENTAL DA INSTITUIÇÃO PORQUE A CABECEIRA DA BACIA PCJ COMEÇA COM MINAS GERAIS.
2. POR SER UMA POLÍTICA DA EMPRESA.
3. NÃO RESPONDEU.
4. POR POSSUIR UMA CERTIFICAÇÃO, DEVIDO A METAS DA EMPRESA, UMA DELAS É A CONSCIENTIZAÇÃO DO RECURSO HÍDRICO.
5. ESTÁ SEMPRE BUSCANDO MELHORIAS NO USO MAIS RACIONAL DA ÁGUA.
6. POR JÁ SER UM DOS VALORES DA EMPRESA.
7. CUSTOS, REUTILIZAÇÃO DE RECURSOS.
8. NÃO RESPONDEU.
9. PROGRAMA DE CONTROLE DE PERDAS.
10. NÃO RESPONDEU.
11. NÃO RESPONDEU.
12. NÃO HOUVE NENHUM FATO ATÉ O PRESENTE MOMENTO.
13. A SUSTENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS ALIADA À RESPONSABILIDADE AMBIENTAL.
14. HÁ UMA META NA EMPRESA DE RACIONALIZAÇÃO COM CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NO PROCESSO E COLABORADORES.

15. NÃO RESPONDEU.

16. NÃO RESPONDEU.

17. MELHORIA NOS PROCESSOS INTERNOS VISANDO MAIOR EFICIÊNCIA E ECONOMIA, CONSCIENTIZAÇÃO DO MELHOR USO DOS RECURSOS HÍDRICOS.

18. A BAIXA DISPONIBILIDADE E QUALIDADE DA ÁGUA UTILIZADA.

19. EVITAR O DESPERDÍCIO.

20. NÃO RESPONDEU.

21. CRITÉRIOS MAIS RIGOROSOS PARA OBTENÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS (OUTORGAS). AUMENTO CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA E PRODUTOS GENÉRICOS.

22. NÃO RESPONDEU.

23. NÃO RESPONDEU.

24. NÃO RESPONDEU.

25. PLANO DE SANEAMENTO E PLANO DIRETOR DE RENDAS ESTÃO EM PROJETOS PARA LICITAR.

26. DIFICULDADE DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DURANTE O PERÍODO DE SECA E REDUÇÃO DE CUSTO OPERACIONAL.

27. NÃO RESPONDEU.

28. POR NOSSA FÁBRICA ESTAR LOCADA EM UMA ÁREA DE RESTRIÇÃO DE RECURSO HÍDRICOS. DE FORMA ESTRATÉGICA, E TAMBÉM DE NOSSO INTERESSE GARANTIR A CONSERVAÇÃO DESTE RECURSO EM CONTINUIDADE ASSIM GARANTINDO A SUSTENTABILIDADE EM NOSSA FÁBRICA BUSCANDO SEMPRE MELHORIAS.
29. NÃO RESPONDEU.
30. REUTILIZAÇÃO DA ÁGUA, CONSCIÊNCIA AMBIENTAL E CUSTOS.
31. A POLÍTICA INTERNA DA EMPRESA DE PRESERVAÇÕES DOS RECURSOS NATURAIS.
32. MELHORIA CONTÍNUA, ISO 14001.
33. NÃO RESPONDEU.
34. NÃO RESPONDEU.
35. OS CUSTOS SÃO MUITOS BAIXOS, NÃO INDUZ A RACIONALIZAR, ACHA QUE O VALOR TEM QUE AUMENTAR AQUI É MAIS A CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL DA EMPRESA, A VISÃO DE FUTURO DESSE RECURSO E ESCASSEZ E INVIABILIZAR QUALQUER AÇÃO NO FUTURO DA VIDA SEM O RECURSO HÍDRICO.
36. FAZ PARTE DO REUSO, PENSANDO NO POSSÍVEL RISCO DO PREÇO DA CAPACITAÇÃO ATUAL.
37. NÃO RESPONDEU.
38. NÃO RESPONDEU.
39. BUSCA POR RESULTADOS COM IMPACTO AO MEIO AMBIENTE.
40. COMO MEDIDAS VISANDO SAÚDE PASSARAM A COMPRAR ÁGUA POTÁVEL, ASSIM REDUZINDO O CONSUMO DA BACIA HIDROGRÁFICA.

41. PRINCIPALMENTE A ESCASSEZ E LIMITAÇÕES DE FONTES DE ABASTECIMENTO.
42. ESCASSEZ.
43. NÃO RESPONDEU.
44. NÃO RESPONDEU.
45. NÃO RESPONDEU.
46. A MAIOR PREOCUPAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES É COM RELAÇÃO A AUMENTOS ABUSIVOS DE TARIFA, AQUI NA EMPRESA A PREOCUPAÇÃO MAIOR É EVITAR O DESPERDÍCIO DE ÁGUA E PROCURAR SOLUCIONAR QUALQUER PROBLEMA RELATIVO A ÁGUA.
47. NÃO RESPONDEU.
48. DIMINUIÇÃO DE CUSTOS E AMPLIAÇÃO DA OFERTA.
49. PELA ISO 14000 EM INDICADORES E METAS.
50. FOI REUSO DA ÁGUA E CAPTAÇÃO DE ÁGUA DA CHUVA.
51. REUSO NOS PROCESSOS E DIMINUIÇÃO DA CAPTAÇÃO.
52. JÁ É DE PRÁTICA DA EMPRESA DESENVOLVER UM PROGRAMA ANUAL DE PROJETOS DE PRODUÇÃO MAIS LIMPA.
53. NÃO RESPONDEU.
54. NÃO RESPONDEU.

55. NÃO RESPONDEU.

56. NÃO RESPONDEU.

57. NÃO RESPONDEU.

58. APRIMORAMENTO E MELHORIA CONTÍNUA QUE JÁ FAZ PARTE DA POLÍTICA DE QUALIDADE DA EMPRESA.

59. CONTINUA SEMPRE BUSCANDO MEDIDAS, COMO REUSO.

60. NÃO RESPONDEU.

61. NÃO RESPONDEU.

62. NÃO RESPONDEU.

63. NÃO RESPONDEU.

64. APROVEITAMNTO DA ÁGUA UTILIZADA NO PROCESSO DE BAIXO CUSTO PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO, REDUÇÃO NO CONSUMO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL.

65. OUTORGA, COM FILOSOFIA DE REDUÇÃO DE PEDIDOS, A LEI OBRIGOU MEDIDORES INDIVIDUAIS EM PRÉDIOS.

66. NÃO RESPONDEU

67. PROJETOS DE SUSTENTABILIDADE DESENVOLVIDOS PELO GRUPO E QUE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL EXIGEM MELHORIAS CONTÍNUA DOS PROCESSOS.

68. CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL, PROTEÇÃO AOS RECURSOS NATURAIS AVABILIDADE PRODUTIVA DA PLANTA DA EMPRESA.
69. CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM RELAÇÃO AO USO RACIONAL DA AGRO COM CAMAPANHAS EDUCATIVAS ENVOLVENDO ESCOLAS MUNICPAIS E ESTADUAIS DO MUNICÍPIO.
70. NÃO RESPONDEU.
71. COMO MISSÃO DA EMPRESA REDUZIR O DANO NO AMBIENTE.
72. PRIMEIRO A ESCASSEZ DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA, SEGUNDO, DISPONIBILIZAÇÃO DE VERBAS PARA INVESTIMENTOS EM PROGRAMAS DE CONTROLE DE PERDAS.
73. PROGRAMA PRÓPRIO DE CONSUMO CONSCIENTE E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.
74. FINANCIAMENTO TOTALMENTE PELAS COBRANÇAS ESTADUAL E FEDERAL, PROJETOS DE REDUÇÃO DE PERDAS E AGORA EXECUÇÃO EM TODA CIDADE.
75. NÃO RESPONDEU.
76. REDUÇÃO DE CUSTO DE OPERAÇÃO, ATENDIMENTO AO CLIENTE (UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO), OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS, OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS (HUMANOS, TECNOLÓGICOS, MATERIAIS).
77. NÃO RESPONDEU.
78. DISPONIBILIDADE HÍDRICA E COMPROMISSO DA EMPRESA COM USO RACIONAL.
79. DISPONIBILIDADE HÍDRICA E COMPROMISSO DA EMPRESA COM USO RACIONAL.
80. NÃO RESPONDEU.

81. NÃO FOI UTILIZADO.

82. NÃO RESPONDEU.

83. NÃO RESPONDEU.

84. OTIMIZAÇÃO DOS CUSTOS DOS SISTEMAS OPERADOS E SUSTENTABILIDADE DOS MESMOS.

85. NÃO RESPONDEU.

86. NÃO RESPONDEU.

87. NÃO RESPONDEU.

88. OTIMIZAÇÃO DOS CUSTOS DOS SISTEMAS OPERADOS E SUSTENTABILIDADE DOS MESMOS.

89. USO RACIONAL DO RECURSO ASSOCIADO À REDUÇÃO DE CUSTO.

Qual medida adotou pela racionalização do uso da água?

1. PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. PROJETOS DE TRATAMENTO DE ESGOTO. MACRO DRENAGEM E CONSERVADOR DAS ÁGUAS.
2. CONSCIENTIZAÇÃO, TREINAMENTO E RECICLAGENS SOBRE RECURSO HÍDRICO.
3. REUSO DO PROCESSO, APLICAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NO TRATAMENTO DOS RESÍDUOS EM SI.
4. PLANO DE AÇÕES, MANUTENÇÕES PREVENTIVAS, CONSCIENTIZAÇÃO DOS COLABORADORES.
5. TEM TRATAMENTO PRÓPRIO DE ÁGUA, UMA PARTE FAZ REUSO.
6. TORNEIRAS AUTOMÁTICAS, CONSCIENTIZAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS VAI COMECAR OPERAR O PROJETO DE REUSO.
7. INVESTIRAM EM TECNOLOGIAS, EX: TORNEIRAS TEMPORIZADAS E COM CENSORES, SANITÁRIOS, REUSO INTERNO.
8. UTILIZAÇÃO DE BIOTECNOLOGIA E PRODUTOS QUÍMICOS MAIS EFICIENTES, ALÉM DO REUSO DA ÁGUA.
9. PESQUISA DE VAZAMENTOS, INSTALAÇÃO DE MACRO MEDIDORES.
10. NÃO RESPONDEU.
11. NÃO RESPONDEU.
12. NÃO HOUE OCORRÊNCIA.
13. REUTILIZAÇÃO DE 100% AO EFLUENTE TRATADO, APROVEITAMENTO DE ÁGUA DE CHUVA, REUSO DE ÁGUAS DE PROCESSO.

14. REUTILIZAÇÃO DA ÁGUA, E PROGRAMAS AMBIENTAIS E MANUTENÇÃO PERMANENTE DOS EQUIPAMENTOS PARA EVITAR PERDAS.
15. NÃO RESPONDEU.
16. SISTEMAS E PROGRAMAS EXIGIDOS PELO ISO 14001 TODOS VOLTADOS PARA ÁERA AMBIENTAL.
17. RECICLO E REAPROVEITAMENTO DAS ÁGUAS UTILIZADAS PARA RESFRIAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, RETORNO DE TODA ÁGUA TRATADA PARA DEPÓSITOS.
18. IMPLANTAÇÃO DE UM PROJETO DE ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DO CAMPUS COM REPLANTIO DE ESPÉCIES ARBÓREAS, INSTALAÇÃO DE HIDRÔMETROS NOS DEPARTAMENTOS E CONSTANTE DISCUSSÃO SOBRE O PROBLEMA.
19. REUTILIZAÇÃO DA ÁGUA.
20. INTENSIFICAR A MEDIDA QUE SE CONHECE MAIS AS NECESSIDADES E O ASSUNTO.
21. PROGRAMA DE PERDAS QUE JÁ VEM IMPLATADO DESDE 1995 E ESTÃO SEMPRE APRIMORANDO.
22. RECURSO DE AFLUENTE E MINIMIZAÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA.
23. USAR A ÁGUA E DEVOLVER QUASE LIMPA AOS RIOS.
24. REUSO, COMO UMA FORMA DE CONSCIENTIZAÇÃO INDUSTRIAL.
25. NÃO RESPONDEU.
26. REUSO DA ÁGUA INTERNAMENTE EM TODOS OS SETORES.

27. NÃO RESPONDEU.
28. RECIRCULAÇÃO E USOS CIRCUITOS FECHADOS PARA DIVERSOS EQUIPAMENTOS, METAS DE CONSUMO POR ÁREAS, REAPROVEITAMENTO DE ÁGUA, DEVOLUÇÃO DE PARTE DA ÁGUA USADA NO PROCESSO PARA O INÍCIO DO ETA DA FÁBRICA. ETC.
29. TRATAMENTO COLETA DE ESGOTOS MUNICIPAIS.
30. JÁ, COM PRODUTO DE REUSO, MANUTENÇÃO PERIÓDICA DE VAZAMENTOS, TROCA DE LINHAS E EQUIPAMENTOS OBSOLETOS.
31. IDENTIFICAÇÃO DE FONTES DE REUSO INTERNO, VIABILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA O ACONTECIMENTO DO REUSO.
32. RECUPERAÇÃO DO PROCESSO.
33. USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS, COMO POSSIBILIDADE DE REUSO.
34. REUSO E TODAS AS NORMAS PRA CERTIFICAÇÃO DA ISO.
35. REUSO DE CORRENTES, ÁGUA DE EFLUENTES INTERMEDIÁRIOS DO PRÓPRIO PROCESSO. A PRÓPRIA CONSCIENTIZAÇÃO COMO POLÍTICA DA EMPRESA EM TODAS UNIDADES.
36. REUSO E CONSCIENTIZAÇÃO DA EMPRESA EM SEU PROCESSO.
37. CONSCIENTIZAÇÃO DOS COLABORADORES.
38. UTILIZAÇÃO DE TORRES DE RESFRIAMENTO, REUSO DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO, INTENSO CONTROLE DE PERDAS.
39. INSTALAÇÃO DE DIVERSOS MEDIDORES, DESENVOLVIMENTO DE UM BALANÇO HÍDRICO.

40. TEM UM SISTEMA DE REUSO PARA LAVAGEM DE CARROS TANQUES.
41. PESQUISA DE VAZAMENTOS NÃO VISÍVEIS, SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETROS EM LIGAÇÕES PREDIAIS E MACROMEDIÇÃO DOS VOLUMES PRODUZIDOS.
42. MONITORAMENTO PARA HIDROMETRO COM LEITURA DIÁRIA.
43. NÃO RESPONDEU.
44. NÃO RESPONDEU.
45. FAZ O REUSO EM SEU PRÓPRIO PROCESSO INTERNO.
46. TREINAMENTOS, PALESTRAS E MELHORIAS DOS SISTEMAS.
47. NÃO RESPONDEU.
48. CONTROLE DE PERDAS.
49. FAZ REUSO DO RECURSO, TORNEIRAS INTELIGENTES E CONSCIENTIZAÇÃO INTERNA PELA NORMAS.
50. REUSO E CAPTAÇÃO.
51. REUSO DE RECURSO EM TODO O PROCESSO.
52. REUSO, FECHAMENTO DO CIRCUITO, CAMPANHAS COM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ENTRE COLABORADORES.
53. A EMPRESA HOJE TEM UM PROJETO PARA REDUZIR O CONSUMO E A POLUIÇÃO, MAS AINDA NÃO FOI COLOCADO EM PRÁTICA.

54. POSTOS DE AREIA RETIRAM E DEVOLVEM AO MEIO HÍDRICO QUASE O MESMO VOLUME DE ÁGUA, PORTANTO DEVERIA SER RECOMPENSADO.
55. POR UTILIZAR POUQUÍSSIMO RECURSO DA BACIA EM FUNÇÃO DA ATIVIDADE DA EMPRESA, FORAM ADOTADAS MEDIDAS DE RACIONALIZAÇÃO.
56. NÃO RESPONDEU.
57. NÃO RESPONDEU.
58. FECHAMENTO DE CIRCUITO INTERNO DE ÁGUA ATRAVÉS DE MUDANÇA DE FLUXO OPERACIONAL, ALGUMAS QUEBRAS DE PARADIGMAS INTERNOS.
59. BOAS PRÁTICAS DE ECONOMIA DE ÁGUA E REUTILIZAÇÕES.
60. NÃO RESPONDEU.
61. PROGRAMAS INTERNOS DE REDUÇÃO DO USO DA ÁGUA E EXIGIDO PELA CERTIFICAÇÃO.
62. NÃO RESPONDEU.
63. ALTERAÇÃO DE PROCESSO QUE LEVEM AO MENOR CONSUMO DE ÁGUA E HORA MÁQUINA, MANUTENÇÃO CONSTANTE EVITANDO DESPERDÍCIOS.
64. REUSO DA ÁGUA DO SECADOR, APÓS UTILIZAR A ÁGUA A MESMA É ARMAZENADA NA CAIXA DE ÁGUA LIMPA PARA RETORNAR NOVAMENTE NO SECADOR.
65. TARIFAS, DIFERENTEMENTE POR CARGA, NO CASO COMERCIAL, INDUSTRIAL E RESIDENCIAL.

66. NÃO RESPONDEU.

67. REUSO DOS EFLUENTES INDUSTRIAL COMO ÁGUA DE PROCESSO.

68. REUSO DE ÁGUA CONSIENTIZAÇÃO DOS COLABORADORES COM COMPANHIAS E EXTENDENDO ELA AOS FAMILIARES QUE LEVA PARA COMUNIDADE EM GERAL, PROGRAMA DE DIMINUIÇÃO DE VAZAMENTOS (DESPERDÍCIOS), OTIMIZAÇÃO DOS PROCESSO PRODUTIVO.

69. CAMPANHAS EDUCATIVAS EM PARCERIA COM ESCOLAS.

70. NÃO RESPONDEU.

71. REDUÇÃO DA FREQUÊNCIA DE LAVAGEM DE EQUIPAMENTOS, REDUÇÃO DE REGA DE JARDINS, CAMPANHAS PERIÓDICAS AMBIENTAIS.

72. OTIMIZAÇÃO DAS PROCESSOS DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO.

73. INSTALADOS DE CISTERNA E SISTEMAS DE CONTROLE DE USO DE ÁGUA EM INSTALAÇÕES PREDIAIS.

74. FORAM FEITOS COM RECURSOS PRÓPRIOS 35 MIL HIDRÔMETROS, CERDA DE 100KM DE RASTREAMENTOS E VAZAMENTOS INVISÍVEIS.

75. NÃO RESPONDEU.

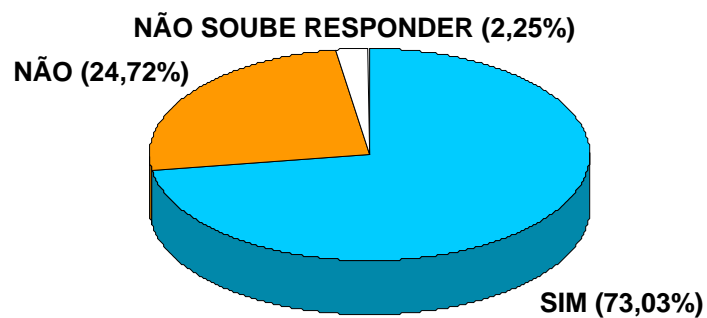
76. CONTROLE/REDUÇÃO DE PERDAS, USO DE TECNOLOGIAS (EQUIPAMENTOS), TREINAMENTO DE PESSOAS, PROGRAMA PURA (PROGRAMA DE USO RACIONAL DE ÁGUA).

77. MUDANÇA NOS PROCESSOS DE FABRICAÇÃO, INCLUSÃO DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS, QUE REGULARIZAM O CONSUMO NA LIMPEZA DE EDIFICAÇÕES EQUIPAMENTOS, MELHORIA NA EFICIÊNCIA DA GERAÇÃO E CONSUMO DE VAPOR DE ÁGUA DE RESFRIAMENTO.

78. IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CORPORATIVO DE PERDAS.
79. IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CORPORATIVO DE PERDAS.
80. NÃO RESPONDEU.
81. SEM DÚVIDA O COMBATE AO DESPERDÍCIO COM PROPAGANDAS E INCENTIVO DIRETO A POPULAÇÃO.
82. ALGUNS PROJETOS INTERNOS DO REUSO NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO E RACIONALIZAÇÃO DE EFLUENTES.
83. IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIA E RECICLÁVEL NO PROCESSO PRODUTIVO, VISANDO A REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA.
84. CONTROLE DE PERDAS, INCENTIVOS A MENORES CONSUMOS E COMBATE A DESPERDÍCIOS.
85. REUSO E TODAS AS NORMAS PRA CERTIFICAÇÃO DA ISO.
86. INTENSIFICA A MEDIDA QUE SE CONHECE MAIS AS NECESSIDADES E O ASSUNTO.
87. INTENSIFICA A MEDIDA QUE SE CONHECE MAIS AS NECESSIDADES E O ASSUNTO.
88. CONTROLE DE PERDAS, INCENTIVOS A MENORES CONSUMOS E COMBATE A DESPERDÍCIOS.
89. REDUÇÃO NO CONSUMO ATRAVÉS DE SISTEMAS FECHADOS DE RESFRIAMENTO E PROGRAMA DE REDUÇÃO DE PERDAS.

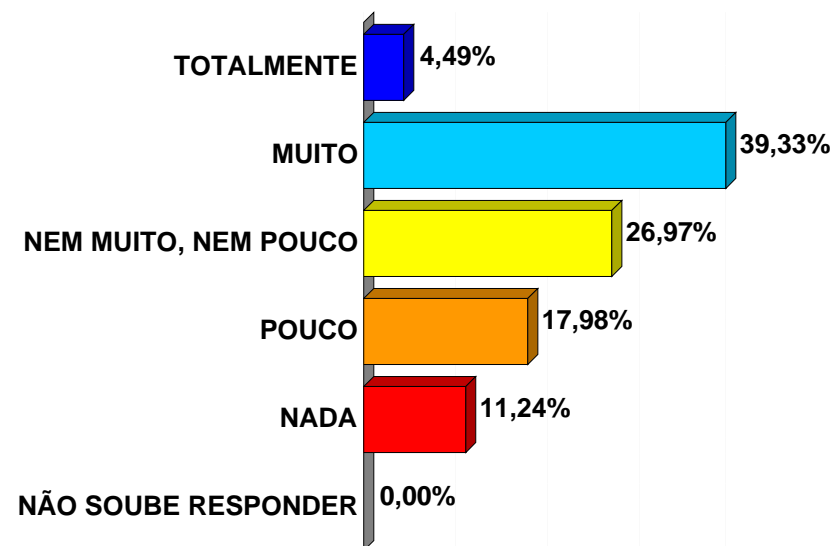
Na sua opinião, a cobrança que vem sendo realizada induzirá os usuários em geral da bacia a adotar medidas para racionalizar o uso da água?

INDUZIRÁ A TOMAR MEDIDAS		
SIM	65	73,03%
NÃO	22	24,72%
NÃO SOUBE RESPONDER	2	2,25%
Total	89	100,00%



O quanto o S(a) acredita que a cobrança tem contribuído para a despoluição da bacia hidrográfica?

CONTRIBUÍDO PARA DESPOLUIÇÃO		
TOTALMENTE	4	4,49%
MUITO	35	39,33%
NEM MUITO, NEM POUCO	24	26,97%
POUCO	16	17,98%
NADA	10	11,24%
NÃO SOUBE RESPONDER	0	0,00%
Total	89	100,00%



Cidade:

CIDADE		
PAULÍNIA	17	19,10%
AMERICANA	9	10,11%
PIRACICABA	7	7,87%
SÃO PAULO	6	6,74%
LIMEIRA	6	6,74%
AMPARO	4	4,49%
EXTREMA	4	4,49%
PEDREIRA	4	4,49%
JAGUARIÚNA	3	3,37%
CAMPINAS	3	3,37%
ITATIBA	2	2,25%
BRAGANÇA PAULISTA	2	2,25%
MONTE ALEGRE DO SUL	2	2,25%
HOLAMBRA	2	2,25%
COSMÓPOLIS	2	2,25%

CIDADE		
CAMANDUCAIA	2	2,25%
BELO HORIZONTE	2	2,25%
MORUNGABA	1	1,12%
SANTA BÁRBARA DO OESTE	1	1,12%
SÃO PEDRO	1	1,12%
RIO CLARO	1	1,12%
JARINU	1	1,12%
SUMARÉ	1	1,12%
VALINHOS	1	1,12%
BOM JESUS DOS PERDÕES	1	1,12%
JUNDIAÍ	1	1,12%
HORTOLÂNDIA	1	1,12%
POUSO ALEGRE	1	1,12%
ATIBAIA	1	1,12%

RESPONDENTE	EMPRESA	CARGO
ALCEU ORLANDO PAREGASSI	ALCEU OU PAREGASSI - ME EXTRAÇÃO DE AREIA	PROPRIETÁRIO
ALCINO ALVES FERREIRA JR.	AIR LIQUIDE BRASIL LTDA.	COORDENADOR
ALEXANDRE DE ALCÂNTARA HENRIQUES	CANÃA LAVANDERIA INDUSTRIAL LTDA.	SUPERVISOR DE PCP (PLANEJAMENTO, CONTROLE E PRODUÇÃO)
ALEXANDRE INÁCIO	FRIGORÍFICO MABELLA LTDA.	ENGENHEIRO AMBIENTAL
ALFREDO GIUSEPPE MARIO FLORI	INDÚSTRIA DE ISOLANTES TÉRMICOS CALORISOL	GERENTE INDUSTRIAL
ALVIMAR ANDRADE	COPASA - PORTO ALEGRE - MG	SUPERINTENDENTE
ANA LUÍZA COIMBRA RIGO	FOZ DO BRASIL - LIMEIRA	TÉCNICA AMBIENTAL
ANDREA CUNHA	NEXANS BRASIL S.A.	ANALISTA DE QUALIDADE E MEIO AMBIENTE.
ANTÔNIO ALEXANDRE G. DUZ	AREZAN EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.	RESPONSÁVEL E PROCURADOR
ANTÔNIO CARLOS TEIXEIRA	SABESP	GERENTE DA DIVISÃO DE HORTOLÂNDIA
BRUNA DE SAUDRI PRISTANO	AMBEV	GERENTE DE MEIO AMBIENTE
CARLOS EDUARDO RISONHO	GLOBE QUÍMICA S.A.	OPERADOR DE MEIO AMBIENTE
CÉLIA DE MORAES CAMPOS	DEPARTAMENTO DE ÁREA E ESGOTO DE SANTA BÁRBARA DO OESTE	ENGENHEIRA CHEFE DO DEPARTAMENTO
CÉLIA REGINA ALVES RENNÁ	COPASA - MG	SUPERINTENDENTE DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
CÉLIA REGINA ALVES RENNÁ	COPASA - MG (CAMANDUCAIA)	SUPERINTENDENTE DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
CINTHIA SILVA DE VECCHI HAX	QUÍMICA AMPARO	COORDENADORA DE MEIO AMBIENTE.
DANIELA DE CASSIA GALIÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE COMANDUCAIA	ENGENHEIRA AMBIENTAL
DANIELLA CRISTINA BATISTA	ARCELOR MITTAL BRASIL S.A. - PIRACICABA - SP	TECNÓLOGA COM SANEMANETO AMBIENTAL
DEJESUS ANTONIO CERQUEIRA	KRATON PLYMERS DO BRASIL IND. COM. PROD. PETROQUÍMICOS LTDA.	GERENTE DE TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE.
DIEGO DE SOUZA DAVANZO	HBA HUTCHISON BRASIL AUTOMOTIVE LTDA.	ANALISTA AMBIENTAL
DOMINGOS ALFINOS	CONTRUÇÃO - SP	ENGENHEIRO GERENTE DE SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE
ELI VALTER FARIA	BENEFICIAMENTO TÊXTIL MULTI COLOR LTDA.	PROPRIETÁRIO
ERIKO DURAN	BUCKEYE AMERICAN LTDA.	GERENTE DE MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA
FÁBIA SAAMARELLI	SANTHER - FÁBRICA DE PAPEL SANTA TEREZINA	SUPERVISÃO DE MEIO AMBIENTE
FABÍOLA VICALVI COTRA	GELCO GELATINAS DO BRASIL	SUPERVISORA DE UTILIDADES
FÁTIMA A. R. ZOGHI MENEGALLE	UMICORE BASIL LTDA.	COORDENADORA GSHE
GERMANO PEREIRA DE SOUZA	RIGOR ALIMENTOS LTDA.	DIRETOR INDUSTRIAL
GUILHERME SILVEIRA DE MORAIS	INVISTA - PAULÍNIA	ENGENHEIRO DE UTILIDADES
HELENA MARIA FERREIRA LEITE	SAAE - AMPARO	DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
HUGO MARCOS PIFFER LEME	SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO

RESPONDENTE	EMPRESA	CARGO
JACIR FURLAN	JACIR FURLAN & CIA LTDA - EPP	DIRETOR
JEFERSON RIBEIRO FERREIRA	ORSA CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS S.A.	SUPERVISOR DE QUALIDADE E MEIO AMBIENTE.
JOÃO ANÔNIO SILVEIRA BRAIDOTTI	GOODYEAR	PLANEJADOR DE MANUTENÇÃO E MEIO AMBIENTE
JOÃO BATISTA TAMOS JACOMIM	SAAE - SANEMANETO AMBIENTAL ATIBAIA	ENCARREGADO DEPARTAMENTO SANEAMENTO AMBIENTAL
JOHANES HENDRIKUS ISIDORUS RUITER	JOHANES HENDRIKUS ISIDORUS RUITER	PROPRIETÁRIO
JONAS VILTI	CONPACIL	CHEFE DE MEIO AMBIENTE
JORGE ANTÔNIO MERCANTI	REPLAN - PETRÓLEO BRASILEIRO	EGENHEIRO DE PROCESSAMENTOS AMBIENTAIS
JOSÉ ALBERTO GALVÃO FERRO	SABESP	ENGENHEIRO
JOSÉ ERALDO RODRIGUES	PLANALQUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.	GERENTE INDUSTRIAL
JOSÉ FERREIRA ABDAL NETO	CPFC GERAÇÃO DE ENERGIA SH.	DIRETOR DE OPERAÇÕES.
JOSÉ MORETTI NETO	DEPARTAMENTO DE PROJETO EM SANEAMENTO	DIRETOR DO PROJETO
JOSMAR GOMES DA SILVA	JGM BENEFICIAMENTO E COMÉRCIO DE BATATAS LTDA.	SÓCIO GERENTE
JUAN MIGUEL HODOR MUÑOZ	EVONIK CARBON BLACK BRASIL LTDA	ENGENHEIRO DE SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE.
JUAN MIGUEL HODOR MUÑOZ	EVONIK CARBON BLACK BRASIL LTDA	ENGENHEIRO DE SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE.
LAIS ROMÃO	COMPACEL	EGENHEIRA DE MEIO AMBIENTE.
LARISSA TARGA	KLABIN S.A. - PIRACICABA - SP	ENGENHEIRA AMBIENTAL
LARTE ANTÔNIO DELL'AGNEZZE	DAE SUMARÉ	DIRETOR TÉCNICO
LEO REISMANN	TINTURARIA E ESTAMPARIA COFINA LTDA.	DIRETOR
LUCAS ARTUR SPAGROL	CJ DO BRASIL INDÚSTRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	ANALISTA AMBIENTAL
LUCIANA CORLA FERREIRA DE SOUZA	SECRETARIA DE GESTÃO AMBIENTAL JAGUARIÚNA	DIRETORA ADMINISTRATIVA
LUCIANO DE OLIVEIRA	KIDDE BRASIL LTDA.	TÉCNICO DE SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE.
LUCILENE APARECIDA DE CARVALHO SILVA	VOLTORANTIN CELULOSE E PAPEL S.A.	ENGENHEIRA ÁREA DE MEIO AMBIENTE
LUIZ CARLOS ALVES DE SOUZA	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VALINHOS (DAEV)	ENGENHEIRO CIVIL
LUIZ CARLOS LOURENÇO	RIGOR ALIMENTOS LTDA - JARINU	GERENTE DEPARTAMENTO MEIO AMBIENTE
LUIZ PAULO MADUREIRA	SABESP - PIRACAIA, NAZARÉ PAULISTA E BRAGANÇA PAULISTA.	GERENTE DE DIVISÃO SABESP - SP
LUIZ PAULO MADUREIRA	SABESP - NAZARÉ PAULISTA	GERENTE DE DIVISÃO SABESP - SP
LUIZ PAULO MADUREIRA	SABESP - BRAGANÇA PAULISTA.	GERENTE DE DIVISÃO SABESP - SP
LUÍZ ROBERTO AZZINI	EXTRAÇÃO DE AREIA SÃO PEDRO LTDA.	SÓCIO PROPRIETÁRIO
MAICON MARGIOTTA FONSECO	PAPIROS INDÚSTRIA DE PAPEL S.A.	COORDENADOR DE UTILIDADES E MEIO AMBIENTE.
MARCELO FERNANDES SOUSA	BRASKEM S.A.	ENGENHEIRO AMBIENTAL E SEGURANÇA DO TRABALHO

RESPONDENTE	EMPRESA	CARGO
MARCELO MOIOLI DE OLIVEIRA	SABESP - PAULÍNIA	ENGENHEIRO CIVIL / GERENTE
MARCO ANTÔNIO LÁZARO	ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA.	COORDENADOR DO MEIO AMBIENTE
MARCOS VINICIUS FOLEGATTI	ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA "LUIZ DE QUEIROZ"/USP	CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE BIODIVERSIDADE
MARILZA LEAL	BAERLOCHER DO BRASIL S.A.	COORDENADORA DE GESTÃO DA QUALIDADE E MEIO AMBIENTE.
MAURÍCIO BAROMI JR.	AJINOMOTO DO BRASIL - LIMEIRA	ESPECIALISTA AMBIENTAL
MAURÍCIO JANSSEN	RHODIA POLIAMIDA E ESPECIALIDADES LTDA.	ENGENHEIRO DE MEIO AMBIENTE.
MAURO CELSO SANDOVAL SILVEIRA	FAZENDA SÃO JOSÉ DA GRUTA	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
MILTON TAKEO MATSUSHIMA	DAE - S.A. ÁGUA E ESGOTO	DIRETOR.
MORGANA BELLAN	BELLAN INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA.	DIRETORA
NILTON BRITO	HÉRCULES DO BRASIL PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.	SUPERVISOR DE SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE.
ORLANDO MARANI JÚNIOR	GALVANI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	COORDENADOR DE MEIO AMBIENTE
PAULO CÉSAR MORATO	TAVEX BRASIL - S.A.	GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO
PAULO EDUARDO VICTORIA	POLYENKA LTDA.	ANALISTA DE MEIO AMBIENTE
PAULO FRANCISCO NOBILE	ELECTRO VIDRO S/A (PPC SANTANOL) PEDREIRAS	GERENTE GESTÃO AMBIENTAL
PAULO HENRIQUE SEMOLINI	CIFA TÊXTIL LTDA.	DIRETOR INDUSTRIAL
PAULO ROBERTO TINEL	SANASA - CAMPINAS	CONSULTOR OPERACIONAL SENIOR
PEDRO LUIZ PERONDINI	PREFEITURA MUNICIPAL MONTE ALEGRE DO SUL	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS
PETRUS GERALDUS	SÍTIO TROPICAL	PROPRIETÁRIO
RENATA ROSÁRIA	MERCK SHARP & DOME	COORDENADOR DE SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE
RENATO DOS SANTOS LIMA	WHITE MARTINS GASES LTDA.	TÉCNICO DE PRODUÇÃO GNL.
RICARDO DE MORAES	FRIGORÍFICO ROJA	RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE MEIO AMBIENTE
RICARDO MACHADO	BANN QUÍMICA LTDA.	GERENTE DE UTILIDADES E MEIO AMBIENTE.
RODNEY VALIDES BARREIRA	DAE S.A. ÁGUA E ESGOTO	DIRETOR GERAL
ROGÉRIO BATISTA DA SILVA	FRIGORÍFICO MABELLA LTDA.	ANALISTA AMBIENTAL
SIDNEI BATISTA FERREIRA	FAGOR EDERLAM BRASILEIRA	COORDENADOR DE MEIO AMBIENTE.
THAIS MINUTTI	VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA.	ENGENHEIRA AMBIENTAL.
THIAGO BERNARDI	SYNGENTA PROTEÇÕES DE CULTIVOS LTDA.	COORDENADOR DO MEIO AMBIENTE
VIVIAN MIGUEL SRARS	VIVIAN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	PROPRIETÁRIA
WILSON APARECISO STOCCO	SABESP	GERENTE DA DIVISÃO DE ITATIBA